



Subsecretaria de Análise
S. F.

RÉPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXIX — Nº 101

SÁBADO, 31 DE AGOSTO DE 1974

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 140ª SESSÃO, EM 30 DE AGOSTO DE 1974

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

De agradecimento de remessa de autógrafos de decretos legislativos:

— Nº 258/74 (nº 402/74, na origem), referente aos Decretos Legislativos nºs. 54 e 55, de 1974.

— Nº 259/74 (nº 404/74, na origem), devolvendo autógrafo do Decreto Legislativo nº 53, de 1974, que aprova o texto do Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí, concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em Montevideu, por troca de notas de 21 de julho de 1972 e agradecendo a remessa de novos autógrafos relativos à matéria.

— Nº 260/74 (nº 407/74, na origem), referente aos Decretos Legislativos nºs. 56, 57 e 58, de 1974.

1.2.2. — Aviso do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

— Nº 034/SAP/74, encaminhando cópia dos esclarecimentos prestados pelo Ministério do Trabalho sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5/73, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que veda a dispensa da empregada grávida, sem comprovação de falta grave a partir do momento em que o empregador é cientificado da gravidez, e dá outras providências.

1.2.3 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 53/74, que torna obrigatória a numeração de discos e demais gravações de obras artísticas, literárias ou científicas.

— Projeto de Lei da Câmara nº 89/74 (nº 1.181-B/73, na origem), que acrescenta um parágrafo ao artigo 25 do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, que regula a Política Nacional de Viação Rodoviária, fixa diretrizes para a reorganização do Departamento de Estradas de Rodagem, e dá outras providências.

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 181/74, de autoria do Sr. Senador Petrônio Portella, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso pro-

ferido pelo Senhor Presidente da República, dia 29 do mês em curso, na solenidade em que foram recebidos por Sua Excelência a Comissão Executiva Nacional e os Presidentes das Comissões Executivas Regionais da Aliança Renovadora Nacional.

— Nº 182/74, subscrito pelos Srs. Senadores Lourival Baptista e Ruy Santos, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, da saudação feita pelo Presidente da Aliança Renovadora Nacional, Senador Petrônio Portella, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, quando da visita dos dirigentes da ARENA, ao Palácio da Alvorada.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/25/74, do Governador do Estado do Pará, solicitando autorização do Senado Federal para alienar à Companhia Agropecuária Rio Araguaia — (CAPRA), quinze áreas de terras devolutas localizadas nos Municípios de Paragominas e Conceição do Araguaia, naquele Estado.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Considerações sobre a fala do Sr. Presidente da República, dia 29 de agosto em curso, na solenidade em que foram recebidos por S. Exª a Comissão Executiva Nacional e os Presidentes das Comissões Executivas Regionais da ARENA.

SENADOR FRANCO MONTORO — Atuação do Senado Federal na obras de atualização da Consolidação das Leis do Trabalho.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Aplausos à programação da PETROBRÁS referente ao reaproveitamento dos óleos lubrificantes. Apelo ao Governo no sentido de apoiar as empresas particulares que operam com o refinamento de óleos.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 92/74 (nº 2.003-C/74, na origem), que altera o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, em segundo turno, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Requerimento nº 171/74, de transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Ministro do Exército, General Sílvio Coelho Frota, alusiva ao "Dia do Soldado", e da saudação do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Araripe Macedo, ao Exército, em nome da Força Aérea Brasileira e da Marinha de Guerra. **Votação adiada** por falta de quorum.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS**EVANDRO MENDES VIANNA**

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Chefe da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14/74 (nº 151-B/74, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Estrasburgo, relativo à Classificação Internacional de Patentes, concluído a 24 de março de 1971. **Aprovada**, à promulgação.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Conclusão das respostas às críticas formuladas pelo Senador Franco Montoro à condução da Política Nuclear por parte do Governo Federal.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Carta do Sr. Francisco Conti endereçada a S. Ex^a, manifestando sua posição favorável à concessão de licença aos países interessados em participar da prospecção e perfuração do nosso subsolo.

SENADOR LEONI MENDONÇA — Retração dos financiamentos à produção agropecuária.

SENADOR MILTON CABRAL — Exaltação à memória das Srs. Marina Ferraz Pessoa e Maria Emilia Arruda. Atuação relevante que exerceram na vida política e social do Estado da Paraíba.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.**2 — MESA DIRETORA****3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****ATA DA 140ª SESSÃO, EM 30 DE AGOSTO DE 1974****4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. ADALBERTO SENA**

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — José Sarney — Petrónio Portella — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Eurico Rezende — Paulo Torres — Danton Jobim — Gustavo Capanema — José Augusto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Leoni Mendonça — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**MENSAGENS****DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

De agradecimento de remessa de autógrafos de Decretos Legislativos:

Nº 258/74 (nº 402/74, na origem), de 28 de agosto de 1974, referente aos Decretos Legislativos nºs. 54 e 55, de 1974.

Nº 259/74 (nº 404/74, na origem), de 29 de agosto, devolvendo autógrafo do Decreto Legislativo nº 53, de 1974, que "aprova o texto do Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuf. concluído entre a República Federativa do Brasil e a República

Oriental do Uruguai, em Montevideu, por troca de notas de 21 de julho de 1972", e agradecendo a remessa de novos autógrafos relativos à matéria.

Nº 260/74 (nº 407/74, na origem) de 29 de agosto de 1974, referente aos Decretos Legislativos nºs. 56, 57 e 58, de 1974.

AVISO

DO MINISTRO CHEFE DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 034/SAP/74, de 29 de agosto, encaminhando cópia dos esclarecimentos prestados pelo Ministério do Trabalho sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1973, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que "veda a dispensa da empregada grávida, sem comprovação de falta grave, a partir do momento em que o empregador é cientificado da gravidez, e dá outras providências".

(A Comissão de Legislação Social.)

PARECERES

PARECER Nº 394, DE 1974

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1974, que "torna obrigatória a numeração de discos e demais gravações de obras artísticas, literárias ou científicas".

Relator: Senador Jarbas Passarinho

Com objetivo de instituir "um instrumento eficaz de fiscalização" dos direitos dos artistas, compositores e outros titulares de direitos autorais, bem assim, de favorecer a ação do Fisco, o presente projeto, de iniciativa do eminente Senador Franco Montoro, torna obrigatória a numeração de discos e demais gravações de obras artísticas, literárias ou científicas.

Projeto correlato de nº 3, de 1974 (nº 845-B/72, na Casa de origem), encontra-se em tramitação nesta Casa, regulando os contratos para a gravação e comercialização de discos musicais.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 283, determina, expressamente, que, havendo, em curso nesta Casa, duas ou mais proposições dispondo sobre matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação simultânea, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Comissão ou Senador.

Por medida de economia procedimental, e com o objetivo de fazer com que as duas matérias sejam remetidas a esta Comissão para a apreciação do mérito, conforme preceitua o art. 284 do mesmo Regimento Interno, propomos, através deste parecer prévio, que o presente projeto e o de nº 3/74, da Câmara dos Deputados, sejam, oportunamente, examinados em conjunto.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1974 — Gustavo Capanema, Presidente — Jarbas Passarinho, Relator — José Sarney — Arnon de Mello.

PARECER Nº 395, DE 1974

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1974 (nº 1.181-B/73, na origem), que "acrescenta um parágrafo ao artigo 25 do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, que regula a Política Nacional de Viação Rodoviária, fixa diretrizes para a reorganização do Departamento de Estradas de Rodagem e dá outras providências".

Relator: Senador Luís de Barros

O presente projeto altera o Decreto-lei nº 512, de 1969, que reorganiza o DNER — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, na parte referente à concessão, permissão e fiscalização dos serviços de transporte coletivo de passageiros e de cargas (art. 25).

2. O artigo 25 do citado diploma estabelece:

"Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a criação de órgão federal que terá a seu cargo a concessão, permissão e fiscalização dos serviços rodoviários interestaduais e internacionais de transporte coletivo, de passageiros e de cargas.

Parágrafo único. Enquanto não for criado tal órgão, os serviços de concessão, permissão e fiscalização do transporte de passageiros e de cargas continuarão a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, na forma da legislação vigente."

3. A proposição ora em exame sugere a inclusão do seguinte parágrafo no artigo 25:

"O órgão de que trata o caput desde artigo deverá ter sua criação concluída dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias."

4. Justificando o projeto, seu ilustre autor diz:

"Afigura-se-nos oportuno assinalar, ainda, o envolvimento, nesse contexto do importante problema do abastecimento dos grandes centros urbanos, especialmente de produtos agropecuários, que é feito maciçamente, através de nossas rodovias, à força da maior velocidade produzida por esse sistema de transporte.

Sendo irrecusável a alta significação dessa atividade para o desejado equilíbrio de nossa vida econômica, necessário e mesmo indispensável é que se assegure o escoamento dessa produção, efetivado através de nossas rodovias, garantindo-se-lhe a eficiência necessária, o que, sem dúvida, em grande parte há de ser conseguida por uma orientação segura sobre o *modus operandi* desses serviços tão relevantes para a coletividade.

Bem avisado, aliás, da necessidade imperiosa de dar solução eficaz aos assinalados problemas ligados à utilização das rodovias federais, o Governo, ao reformular a Política Nacional de Viação, inscreveu, no texto legal que a regulamenta, oportuna disposição, mediante a qual ficou obviada a premente necessidade de desvincular o DNER de certas atribuições comprometedoras do bom desempenho de sua atividade primordial de órgão executor da política nacional de viação rodoviária.

Foi assim que se previu, no art. 25 do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, a criação de órgão federal específico, destinado exclusivamente a promover a fiscalização dos serviços rodoviários interestaduais e internacionais de transporte de cargas e, coletivo, de passageiros, além de permissão ligadas àquele setor.

Passados, no entanto, são quatro anos da data da expedição daquele Decreto-lei, sem que tenhamos qualquer notícia de que esteja o Ministério dos Transportes providenciando a criação de tão necessário órgão.

Ora, tal omissão administrativa tanto menos se justifica quando o próprio Poder Executivo, reconhecendo a gravidade do problema, não esconde a sua preocupação, encetando campanhas publicitárias educativas, endereçadas indistintamente a todos os motoristas, eis que verifica não bastar à contenção de abusos a deficiente estrutura de fiscalização montada, especialmente aquela dedicada à verificação do uso de nossas rodovias federais.

Não podendo o Governo negar que a deficiente fiscalização de nossas rodovias, pela inadequação da estrutura a tal fim destinada, é também fator que pesa no resultado final do alarmante número de acidentes rodoviários ocorrentes em nossas estradas federais, é de estranhar que, reconhecendo a necessidade de uma reformulação de tais serviços, ainda não tenha estruturado o órgão adequado, que oportunamente foi autorizado a criar.

Em virtude de tanto, pareceu-nos de bom alvitre propor o presente Projeto de Lei mediante o qual, via de pequena alteração do texto do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, se fixa, limitando o arbítrio do Poder Executivo quanto à oportunidade de tomar a providência autorizada no *caput* do art. 25 da lei retrocitada, prazo dentro do qual deva ser providenciada a criação do órgão que virá a se dedicar exclusivamente aos problemas afetantes do uso de nossas rodovias federais pelas empresas de transporte de cargas e de passageiros."

5. Do ponto de vista da política nacional de transportes, convém lembrar que a legislação aprovada privilegia o setor rodoviário, porquanto os Congressistas entenderam ser este o meio de expandir o mercado interno. É isso à vista das características estruturantes do transporte rodoviário, propiciando melhor distribuição geográfica da renda, evitando o agravamento das disparidades regionais, desde que não se exagere o fechamento das rodovias expressas por meio dos pátios de pedagem.

Sem embargo, sabe-se que, no momento e nos locais em que o transporte rodoviário atinge o grau de saturação, sua força estruturante começa a declinar, indicando que outros meios de carreamento devem ser incentivados ou que devem receber maiores dotações orçamentárias.

Essa diretriz parece refletir o pensamento da atual Administração quando anuncia que maiores verbas serão destinadas ao setor ferroviário, com o fim de aliviar a intensidade de transporte de cargas pesadas por rodovias, especificamente para construção da nova ligação ferroviária São Paulo-Belo Horizonte.

6. De outra parte, sabe-se que o DNER sempre teve a competência para regular a operação dos serviços de transporte rodoviário de cargas e passageiros, consoante o estabelecido no parágrafo único do artigo 25, antes transcrito.

Nesse sentido, o Poder Executivo ainda não julgou oportuno criar o órgão a que se refere a proposição em exame. Com o Decreto nº 68.961, de 1971, em anexo, alterado pelo Decreto nº 71.984, de 1973, manteve a competência do DNER e regulamentou a matéria.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição do presente projeto.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1974. — José Esteves, Presidente, eventual — Luís de Barros, Relator — Lenoir Vargas — Danton Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 181, DE 1974

Nos termos do art. 234, do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, dia 29 de agosto em curso, na solenidade em que foram recebidos por Sua Excelência a Comissão Executiva Nacional e os Presidentes das Comissões Executivas Regionais da Aliança Renovadora Nacional.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1974. — Petrônio Portella.

REQUERIMENTO Nº 182, DE 1974

Senhor Presidente

Nos termos do artigo 234 do Regimento Interno, requeremos a transcrição nos Anais do Senado, a saudação feita pelo Presidente da Aliança Renovadora Nacional, o Senador Petrônio Portella, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, quando da visita dos dirigentes da ARENA, ao Palácio da Alvorada.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1974. — Lourival Baptista — Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — De acordo com o art. 234, § 1º; do Regimento Interno, os requerimentos lidos e são submetidos ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Pará, o Ofício nº S/25, de 1974, solicitando autorização do Senado Federal para alienar, à Companhia Agropecuária Rio Araguaia — (CAPRA), quinze áreas de terras devolutas localizadas nos Municípios de Paragominas e Conceição do Araguaia, naquele Estado.

Nos termos do art. 411 do Regimento Interno, a matéria será despachada às Comissões de Legislação Social, de Justiça e de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho aludido, desta tribuna, aos pronunciamentos feitos pelo eminente Presidente Ernesto Geisel. Não poderia, assim, deixar de proferir algumas palavras, sucintas, sobre a fala do Chefe do Governo a dirigentes da ARENA, Partido do qual é presidente de honra, ao recebê-los no Palácio da Alvorada.

Considero o discurso ontem proferido pelo Presidente da República da máxima importância. Sobre ele devemos todos meditar. É utilizar dom de imensa importância para todos nós, que é o do discernimento.

Não analisarei a fala presidencial, tarefa que não me toca aqui executar. Inclusive porque o conteúdo do discurso é profundo e, em minha opinião, bastante óbvio.

Desejo, apenas, fazer algumas rápidas considerações que, estas sim, entendo do meu dever, como correligionário.

Preliminarmente, noto que o eminente Presidente da República manteve, com clareza e firmeza, posições por ele definidas em seus primeiros pronunciamentos à Nação. Não houve mudanças e muito menos — para utilizar linguagem da moda — retrocessos. Muito ao contrário, Sua Excelência reafirmou com precisão pontos de vista, propósitos e metas por ele adotados e bem definidos quando ainda candidato à sucessão do eminente ex-Presidente Garrastazu Médici. Não houve mudanças, nem alterações, mas reafirmações claras e firmes.

O chefe da ARENA falou com franqueza e lealdade ao seu Partido que, por sua vez, lhe deve lealdade inabalável, dissabores individuais e de grupos cedendo a interesses e deveres maiores do Partido e do País.

Estimulou nosso Partido à luta eleitoral limpa, honesta, com a condenação de práticas que a tudo corrompem. Daí sua forte condenação à corrupção, sua advertência ao poder econômico, desvirtuador da vontade popular, fonte de males imensos e inadmissíveis sobretudo para um país envolto em problemas e dificuldades tão complexos como o nosso.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — V. Exª me concede um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Com muito prazer, eminente Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Acompanho com atenção o discurso de V. Exª, especialmente na parte em que se refere à palavra do Presidente da República pleiteando de seu Partido que aja com absoluta probidade e escrupulo, na condução da campanha. Estes são os votos de todo o Brasil. Que se evite a utilização da máquina administrativa, que as repartições públicas não sejam utilizadas como sedes ou sub-sedes das campanhas eleitorais. Infelizmente, em nosso Estado já houve até o início de processo judicial nesse sentido. A palavra do Presidente da República vem em hora oportuna. Aqueles que detêm o Poder sentem, muitas vezes, dificuldades em

distinguir entre a Administração Pública e o Partido, ou os candidatos, ou os interesses da campanha. A palavra do Presidente foi muito oportuna e corajosa e V. Ex^a, com absoluta superioridade, destaca esse aspecto. Quero, em nome do MDB, ressaltar que esta é a nossa esperança e a nossa certeza. Para a moralização da vida pública brasileira, é indispensável que esse preceito seja, realmente, cumprido.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Sou muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Franco Montoro, pelo aparte que acaba de dar e que honra meu pronunciamento.

A Nação inteira há de ter-se rejubilado com as palavras do Presidente da República, de forma muito especial no tocante ao pleito que se avizinha.

Condenou o tráfico de legendas de um pluripartidarismo descontrolado e nefasto à Democracia, negação da legitimidade partidária. Como reverberou o sistema do Partido único. Incentivou os Partidos do Governo e da Oposição, ao cumprimento exato de sua decisiva missão de intérpretes da vontade e dos anseios nacionais.

O Sr. José Sarney (Maranhão) — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Com muito prazer, eminente Senador José Sarney.

O Sr. José Sarney (Maranhão) — Senador Lourival Baptista, é realmente um fato extremamente alentador, para toda a Nação, a posição assumida pelo Senhor Presidente da República, em seu discurso, ontem pronunciado perante os seus correligionários da Aliança Renovadora Nacional. Considero mesmo um dos pronunciamentos mais importantes, de natureza política, nestes dez anos. Em primeiro lugar, porque o Presidente da República assumiu aquela responsabilidade firme e decidida da chefia do Partido majoritário. Em vez de fugir pela chefia fluida, Sua Excelência fez questão de frisar que ele era o chefe político da ARENA, das suas diretrizes e do caminho que devíamos seguir. Essa mão firme do comandante dá a certeza de como todos nós devemos participar, não só da campanha eleitoral, como da vida política da Nação. Em segundo lugar, a sua reafirmação dos postulados democráticos da Revolução e do desejo de encontrá-los, caminhando com firmeza e decididamente, para que, em vez de avanços demasiados, tenhamos avanços seguros e certos, para que não marchemos no terreno movediço dos retrocessos. Também a sua reafirmação democrática mais profunda, que é aquela que toca direto ao Parlamento, quando falou sobre a legitimidade da representação; legitimidade que é a base de toda a Democracia e só pode ser feita através de eleições limpas. (Muito bem!) da lisura do pleito, sem a corrupção e sem a participação que, de qualquer forma, quer direta ou indiretamente, possa deturpar a vontade do eleitorado. Isto é um fato realmente novo no Brasil. Que essa bandeira seja a bandeira do Presidente da República, que não se limitou a passar telegrama a todos os Governadores, recomendando essa posição, mas chamou a todos nós, Presidente de Partido nos Estados, para a obediência a essa linha, que é uma linha de coerência com a formação, com o passado do Senhor Presidente Ernesto Geisel. Também devemos vislumbrar, no discurso do Presidente da República, a reafirmação do caminho da distensão das paixões políticas. Que a política seja feita em bases racionais e não passionais. E, nesta tarde, fico satisfeito, também, porque vejo que a palavra do Presidente da República encontra, no seio da classe política e do Congresso Nacional, aquela unanimidade de ouvidos de corações abertos, cientes da nossa responsabilidade do que Sua Excelência disse. No aparte que agora deu à Casa, o Senador Franco Montoro traz o apoio da Oposição à linha do Presidente, de distensão gradual e de participação de todos nós nessa linha que, realmente, nos levará ao caminho da Democracia plena, que é o desejo de todos nós.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Sou muito grato a V. Ex^a, eminente Senador José Sarney, por esse aparte, por esse depoimento, que muito vem enriquecer o meu discurso.

Mas, não quisimos apenas a palavra do chefe partidário, franco e leal e, assim, merecedor de nossa lealdade, de todos nós reclamada pelos mais altos interesses do País.

Os dirigentes arenistas e, através destes, toda a Nação ouviu, também, importante e oportuna fala daquele que tem sobre seus ombros o peso maior das responsabilidades do Governo. E, mais uma vez, tivemos palavras honestas, francas, leais, diretas, de clareza tão límpida que errarão aqueles que nelas buscarem análise e interpretações que meias-verdades, capciosidades e malabarismos verbais tornam desafio à imaginação. O Presidente da República falou de forma objetiva, clara, insofismável, informando, tranquilizando e advertindo. Para que saibamos o que pensa, deseja, aspira e a que está inabalavelmente disposto o Chefe do Governo nada mais é preciso do que ler seu discurso: o conteúdo é rico e, repetimos, de límpida clareza.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Ex^a dá licença para um aparte, nobre Senador?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Com muito prazer, eminente Vice-Líder Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — No momento, V. Ex^a fala, embora não declaradamente o haja feito, em nome de toda a Maioria. E o faz de uma maneira feliz. . .

O Sr. José Sarney (Maranhão) — Quero esclarecer que fala também em nome quase da Minoria, porque o aparte do Senador Franco Montoro demonstrou que, neste aspecto, a classe política se encontra unida em torno dos objetivos pregados pelo Presidente da República.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Acolhemos o contra-aparte do nobre Senador José Sarney e gostaríamos se constituísse parte integrante da nossa intervenção. Mas não poderíamos deixar de passar a ocasião para afirmar aquilo que, já em oportunidades anteriores, fizemos: não pode constituir surpresa o pronunciamento do primeiro Magistrado da Nação, é ele o seu retrato de corpo inteiro. Pronunciamento seco, sem retórica mas, ao mesmo tempo, absolutamente afirmativo, do chefe que, tendo consciência das suas obrigações e dos seus deveres, não foge à responsabilidade de se proclamar o chefe político do Partido que o sustenta. Pronunciamento que vai desde a distensão gradual da situação brasileira, para atingir os objetivos que todos desejamos àquela afirmativa de, realmente, uma determinação peremptória existir da parte do Poder constituído federal, para que haja, como já aqui assinalado, legitimidade da representação que as eleições de quinze de novembro vão dar ao País, mercê do expurgo das influências espúrias do poder político estadual e do poder econômico. V. Ex^a está de parabéns pelo relato que faz da fala presidencial.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Sou muito grato a V. Ex^a, eminente líder Senador Virgílio Távora, pela delegação que acaba de me conferir: falar em nome da Maioria. O depoimento que V. Ex^a prestou a esta Casa é para nós valioso, um depoimento que muito vem enriquecer o pronunciamento que ora faço. Sou muito grato a V. Ex^a.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Com imenso prazer ouço o eminente líder Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Senador Lourival Baptista, sinto-me no dever de dar um novo aparte a V. Ex^a para esclarecer o sentido de minha intervenção. Quando V. Ex^a fez referência à não utilização da máquina administrativa para fins eleitorais, em termos semelhantes aos constantes do discurso do Senhor Presidente da República, interferi no discurso de V. Ex^a para dizer que a Oposição esperava que este apelo fosse cumprido, que a máquina administrativa não fosse utilizada para fins eleitorais. Meu aparte não foi de apoio às palavras do Senhor Presidente da República. Em nome da

verdade, quero declarar: Sua Excelência falou com absoluta franqueza. É lícito, portanto, que também sejamos francos. O que vemos é o Governo cada vez mais forte, com seus poderes cada vez mais centralizados, o País cada vez mais rico. E o povo? O que vemos é o povo sofrendo terrivelmente, afastado da participação nas decisões políticas, recebendo salários reduzidos, enfrentando preços cada vez mais elevados. Quando olhamos para os outros países que atravessaram as suas crises, e até guerras, e se refizeram por via democrática, a nossa perspectiva é outra — é de que se torna urgente seja o nosso desenvolvimento complementado com medidas de Democracia e de justiça social.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Quero dizer a V. Ex^a, eminente Senador Franco Montoro, que ouvi o seu primeiro aparte e limitei-me simplesmente a dizer que a ele agradecia, pois vinha honrar o meu pronunciamento. Quanto ao segundo, quero dizer que discordo plenamente do ponto de vista que V. Ex^a externa e V. Ex^a pensa e afirma que está existindo no Brasil. Acho que o Brasil caminha célere no seu desenvolvimento e no seu progresso.

Agradeço mais uma vez a V. Ex^a a atenção que está dando ao meu pronunciamento.

O Sr. José Sarney (Maranhão) — V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Com muito prazer, Senador José Sarney.

O Sr. José Sarney (Maranhão) — Na realidade, mais uma vez, sentimos que, no segundo aparte, o Senador Franco Montoro manteve aquela sua linha de coerência de homem público, quando condenou a parte da distribuição de renda no Brasil, que é uma das tônicas dos seus pronunciamentos. Mas, ao mesmo tempo, reiterou porque não podia deixar de ser assim, que o seu pensamento é idêntico ao do Presidente da República, quando Sua Excelência assume o comando da bandeira da legitimidade da representação popular. E quando o Senador Franco Montoro fala em participação do povo nas decisões políticas, devemos fazer a justiça de dizer que, nós políticos, não agora na época revolucionária, mas em toda a vida política do Brasil, pela primeira vez, estamos tendo a maior prova de confiança na classe política — se é que se pode chamá-la de "classe política" — no fato de o Presidente da República aceitar entregar recursos públicos para que as eleições se processassem com a responsabilidade do erário público para o transporte e para a alimentação dos eleitores. Justamente para quê? Para que o povo, sim, na sua vontade, pudesse manifestar a livre de deturpações, que conhecemos em todos os pleitos, não só os de agora, mas os de sempre. E assim procedendo o Senhor Presidente da República está dando maior participação ao povo nas decisões políticas, não só em palavras como em fatos. Este é um aspecto extremamente alentador. E devemos estar todos unidos para combater aqueles que, dentro da classe política, num momento difícil, procurem desmoralizá-la através do costumeiro e secular processo de compra de votos, deturpando a vontade do eleitor, na busca de um mandato pelo *status*, não como uma vocação para a vida pública. E o Presidente reafirmou essa decisão, que não é hoje só da ARENA. Também aqui agora o Senador Franco Montoro se empenha, juntamente conosco, para que esta bandeira seja comum aos dois Partidos. Devemos defendê-la, porque estamos defendendo não só os políticos, mas também, o povo brasileiro no seu desejo de que cada vez mais, o processo democrático se institucionalize com uma democracia responsável.

O Sr. Milton Cabral (Paraíba) — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Agradeço o aparte do eminente Senador José Sarney e concedo o aparte que acaba de me ser pedido pelo eminente Senador Milton Cabral.

O Sr. Milton Cabral (Paraíba) — Eminente Senador Lourival Baptista, nós da Paraíba aplaudimos o pronunciamento do Senhor Presidente da República, com grande alegria cívica. Na minha opinião, é redobrada a responsabilidade da classe política após esse pronunciamento. As lideranças partidárias nos Estados, os representantes do povo no Congresso Nacional, enfim, todos que estão engajados na atividade política, a partir de ontem, têm a obrigação de responder ao apelo de Sua Excelência e de tudo fazer para que realizemos no Brasil também o desenvolvimento político. Os reparos colocados em apartes no seu discurso pelo ilustre representante da Oposição, Senador Franco Montoro, absolutamente não invalidam nem conflitam com as palavras pronunciadas pelo Presidente Ernesto Geisel. Se ainda existem falhas no processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil; se ainda não conseguimos vencer os imensos obstáculos que se antepõem ao nosso empenho em prosperar, a culpa disto não cabe, absolutamente, nem à atual administração do País, nem mesmo aos Governos Revolucionários que o antecederam, porque S. Ex^a muito bem sabe, como ilustre professor e homem de cultura, que estes problemas, que todos conhecemos, fazem parte de uma conjuntura até mesmo internacional. Não existe um só país na face da terra que não esteja, hoje, atravessando grandes crises, nos últimos anos agravadas pela escassez de matérias-primas, e, mais recentemente, pela crise do petróleo. O progresso do Brasil é incontestável. Os resultados estão aparecendo: o crescimento econômico do Brasil é grande, o esforço do Governo é enorme. A classe política, notadamente aquela que oferece suporte ao Governo da Revolução, tem a responsabilidade de atender ao chamamento de Sua Excelência, para oferecer sua contribuição. Reconhecemos que ao lado do desenvolvimento econômico temos, também, que realizar o desenvolvimento político. Neste particular a tarefa é especificamente nossa. Façamos tudo para nos situar à altura do momento em que vivemos. Muito obrigado.

O Sr. Guido Mondin (Rio Grande do Sul) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Sou muito grato a V. Ex^a, também, eminente Senador Milton Cabral, por este aparte, este depoimento que vem enriquecer o meu pronunciamento.

Ouçó com muito prazer o eminente Senador Guido Mondin.

O Sr. Guido Mondin (Rio Grande do Sul) — Meu caro Senador, creio, todos nós acreditamos nisso, que o pronunciamento do Senhor Presidente da República, realmente, não necessita de interpretações, tal a sua precisão, tal a sua clareza. No entanto, Senador Lourival Baptista, gostaria de pinçar dois ou três aspectos dos que a mim, pessoalmente, mais sensibilizaram, eis que, falando como Chefe de Partido, Sua Excelência nos disse algo sobre que convém meditar muito, quando vivemos num mundo de vaidades, de personalismos, nos lembrando que dentro de um Partido político o que vale é a lealdade aos seus princípios, é a capacidade de superar o individual em favor dos ideais maiores. Quanto, meu caro Senador, se poderia falar só sobre este aspecto? Vem depois, quando ele fala como Chefe da Nação, de novo a lembrança de que Revolução não se faz pela metade, eis que Revolução interrompida é Revolução perdida. E é precisamente em razão deste pensamento que haveremos de compreender sempre que tudo alcançaremos com vagar, sem açodamentos, porque, quanto vale, nobre Senador Lourival Baptista, este período de paz, de tranquilidade, que estamos a usufruir? Quanto vale? Então, é sobre esses aspectos que fui encontrar, na fala do Presidente, razões para que eu pudesse, pelo menos na noite passada, ter dormido toda ela.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Sou mui grato a V. Ex^a, eminente Senador Guido Mondin, por este aparte que acaba de dar nesta tarde, quando, aqui no Senado, faço este pronunciamento referente ao discurso do eminente Presidente Ernesto Geisel, ontem pronunciado.

Sr. Presidente, reiteramos palavras que aqui já dissemos mais de uma vez. O eminente Presidente Geisel dará continuação aos ideais.

da Revolução de 64, com os quais não transigirá. A bandeira do Movimento de 64 está em mãos seguras. Aperfeiçoamentos, mudanças, adaptações, sejam econômicas, políticas ou sociais, não implicam em abandonar o que não será abandonado.

As grandes metas políticas, econômicas e sociais estão definidas e foram firmemente reafirmadas. Serão perseguidas com persistência e destemor. E para isso é imprescindível que não se estabeleçam mal-entendidos, confusões e muito menos que disciplina e ordem, ~~partida~~ ^{partida} rias ou não, sejam perturbados. Isso não será tolerado, disse enfaticamente o Presidente Geisel, num discurso que entendo tranquilizador.

Sr. Presidente, o pronunciamento do General Ernesto Geisel aos dirigentes da ARENA — após ouvir a saudação feita pelo ilustre Presidente do nosso Partido, Senador Petrônio Portella — por determinadas razões e circunstâncias diversas e por demais óbvias para que a elas aludamos, foi oportuno e, assim entendemos, de importância maior do que seus pronunciamentos anteriores, dos quais, no fundo, foi mera reafirmação.

Que as palavras de Sua Excelência sejam ouvidas e atendidas por todos, especialmente por nós, da ARENA, que devemos ser o sustentáculo político do Governo, da Revolução, para o que necessariamente se torna nossa colaboração franca, honesta e, sobretudo, leal.

Só podemos formular votos, Sr. Presidente, para que o Presidente da República não precise retornar ao temário de seu sóbrio e patriótico discurso, para que melhor se empenhe na concretização das metas que traçou para seu Governo, tranqüilo de nossa lealdade, de nossa colaboração e da colaboração de toda a Nação brasileira!

Ao concluir, Sr. Presidente, recorde palavras que proferi desta tribuna no dia 26 de abril deste ano, acentuando o dever de todos nós que integramos a ARENA de darmos ao Governo toda colaboração e lealdade para ajudá-lo em sua árdua tarefa.

E após afirmar minha plena confiança no General Ernesto Geisel, que dará prosseguimento à grande obra de construção nacional iniciada em 1964, dizíamos naquela oportunidade, que “o Governo traçou rumos certos e não hesitará um segundo sequer em coibir toda tentativa impatriótica de perturbar o trabalho de construir uma grande nação, um grande País”. E concluímos nosso discurso de 26 de abril deste ano: “estamos seguros, ninguém testará a firmeza do atual Governo”.

Dessa firmeza não temos dúvida e, acreditamos, ninguém duvidará, para o maior proveito do Brasil e da democracia brasileira, que será erguida de forma sólida, segura e sem quaisquer riscos para ideais perenes da nacionalidade, tão bem representados pelo Movimento de Março de 64! **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É de justiça e de interesse público esclarecer e documentar a atuação que vem tendo o Senado na obra de atualização da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em maio de 1973, quando completava 30 anos de existência a CLT, a Comissão de Legislação Social do Senado constituiu uma Subcomissão encarregada de promover a atualização de nossa Legislação Trabalhista.

Para a documentação histórica desse fato, é oportuno transcrever o seguinte trecho da Ata da Reunião Ordinária da Comissão de Legislação Social do Senado, realizada em 3 de maio de 1973:

“Encerrada a discussão e votação das matérias constantes da pauta, o Sr. Presidente Senador Franco Montoro formula proposta no sentido de que, no correr do presente ano, quando se completam 30 (trinta) anos de existência da Consolidação das Leis do Trabalho, a Comissão promova as

seguintes atividades: a) criação de uma Subcomissão encarregada de atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho; b) um ciclo de conferências sobre os principais aspectos da Legislação Trabalhista, principalmente, os setores da Justiça do Trabalho, do Direito Sindical, do Contrato Individual do Trabalho e da Convenção Coletiva do Trabalho, convidando-se, para tal fim, o Ministro M. V. Russomano e os Professores Arnaldo Sussekind, Martins Catharino e Cesarino Júnior.

A proposta formulada pelo Sr. Presidente, após ter sido amplamente discutida, e, em seguida, submetida à votação, é unanimemente aprovada, sendo escolhidos para compor a Subcomissão os Srs. Senadores Franco Montoro, Heitor Dias e Accioly Filho.”

Este, o texto da ata.

Dentro desse plano de trabalho, a Comissão de Legislação Social promoveu reuniões de estudo e debates, com base em conferências proferidas no Senado Pelos Professores José Martins Catharino, da Bahia, e Cesarino Júnior, de São Paulo, que trouxeram notáveis contribuições para a obra de revisão e atualização da CLT.

Ao mesmo tempo, como Presidente da Comissão de Legislação Social, entramos em entendimento com a Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado, superiormente dirigida pela Dr^a Leyla Castello Branco Rangel, a quem solicitamos a realização de um trabalho de pesquisas e confronto das modificações introduzidas na CLT desde a sua vigência até esta data.

A Subsecretaria de Edições Técnicas acaba de completar e publicar essa obra “Consolidação das Leis do Trabalho”, fruto do trabalho competente e sério do funcionário daquela Subsecretaria Dr. Caio Torres, e da supervisão da Diretora Dr^a Leyla Castello Branco, aos quais o Senado deve mais uma valiosa contribuição.

Tenho em mãos este volume, Sr. Presidente. Trata-se um estudo de mais de 600 páginas, realizado após meticulosa pesquisa da maior importância para a Legislação do Trabalho no Brasil.

Essa obra apresenta a redação atualizada da CLT, estabelecendo confronto com o texto original aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1943, e todas as alterações introduzidas naquele diploma legal, no decorrer de mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas, com a legislação correlata e diversas sugestões para futuras alterações, completam essa obra, única no gênero.

Entretanto, em julho do corrente ano, o Sr. Ministro do Trabalho decidiu constituir, na esfera do Executivo, uma Comissão destinada a estudar a matéria e apresentar projeto de lei propondo a atualização da CLT.

Temos, assim, hoje, duas Comissões, uma no Executivo e outra no Senado com objetivos semelhantes.

Um ano antes de o Executivo tomar a iniciativa, já o Legislativo decidira a respeito, constituindo uma Comissão para elaborar os trabalhos que acabo de referir.

Dada a existência das duas Comissões, levamos o assunto à consideração da Comissão de Legislação Social, que decidiu aguardar a remessa do projeto do Executivo, para exame e decisão final, dentro da competência do próprio Poder Legislativo.

Como colaboração aos trabalhos do Executivo, a obra “Consolidação das Leis do Trabalho”, elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado, foi oficialmente entregue ao Sr. Ministro Arnaldo Prieto e aos membros da Comissão encarregada da reformulação da CLT, no momento em que, no dia 13 último, era instalada aquela Comissão no Ministério do Trabalho.

Trata-se, é preciso reconhecer, de valiosa colaboração do Senado Federal para a revitalização da Legislação Trabalhista, pois essa pesquisa, constituindo talvez a parte mais penosa e difícil da tarefa atribuída àquela Comissão Técnica — o levantamento completo da Legislação Trabalhista

ta, sua evolução, os textos vigentes e o comparativo das alterações — represente contribuição de valor inestimável.

Já no ano passado, por solicitação da Comissão de Legislação Social, a Subsecretaria de Edições Técnicas editava, em cópias xerográficas, o esboço dessa publicação ora impressa, remetendo exemplares aos Srs. Senadores, aos Tribunais do Trabalho, a juristas, professores e técnicos, com o pedido de sugestões e corrigendas.

Revisões e atualizações foram feitas posteriormente pelo autor, aprimorando a obra agora publicada.

Aproveitamos também a oportunidade para anunciar desta Tribuna que diversas obras da Subsecretaria de Edições Técnicas encontram-se no prelo para breve lançamento, dentre as quais destacamos:

— “Previdência Social — legislação atualizada”, com notas, remissões, comparações, regulamentações e jurisprudência administrativa;

— “Código de Processo Civil” — em vários tomos;

— “Legislação Eleitoral e Partidária” — com os textos legais atualizados, bem como as últimas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal de Contas da União;

— “Quadro Comparativo do Código Penal”;

— “Reforma Administrativa” — O Decreto-lei nº 200/67 e suas alterações, com legislação modificadora citada e indicação de legislação correlata.

Ao relatar estas atividades do Senado e de seus órgãos técnicos, temos o propósito de destacar a contribuição séria e objetiva que o Congresso Nacional continua a prestar, acima de quaisquer divisores, à obra do desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas.)**

Adotou, assim, a Comissão de Legislação Social uma posição de colaboração e compreensão para apoiar, na medida do possível, aquilo que pudesse ser feito na esfera do Executivo e que, necessariamente, deverá ser enviado ao Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Carneiro.

O Sr. Ruy Carneiro (Paraíba) — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — S. Ex^a desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No fim da sessão legislativa passada, muito se falou, nesta Casa, sobre a PETROBRÁS: da sua validade no processo do desenvolvimento nacional, da sua importância para o aumento do produto interno bruto e como prova evidente do desenvolvimento da tecnologia pátria.

Falou-se muito, inclusive, sobre as incursões da PETROBRÁS na prospecção de petróleo em terras estrangeiras. Chegou-se, até, a dizer que a PETROBRÁS seria uma das maiores evidências da afirmação do poder nacional nesta Pátria. Quase que a unanimidade dos pronunciamentos eram elogiosos e favoráveis à PETROBRÁS; poucos, muito poucos mesmo, Sr. Presidente, eram de crítica. E, é óbvio, essa quase unanimidade não se devia, e não se deve, ao fato de o seu Presidente, à época, já estar escolhido para a Presidência da República.

Naquela ocasião, não intervim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em nenhum dos debates. Não o fiz por cauteloso — eis que não sou versado na matéria. Todavia, nos jornais de anteontem, publicou-se

uma notícia, que reputo alvissareira, e quis trazer ao conhecimento da Casa para que fosse inserta nos Anais do Senado Federal. É a notícia da programação da PETROBRÁS no reaproveitamento e refinamento dos óleos lubrificantes. Na notícia constam declarações do eminente General-de-Brigada Araken de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, que se disse entusiasta da nova indústria que, praticamente, surge no Brasil, em termos realmente econômicos para a Pátria. E, se digo em termos realmente econômicos, para a Pátria, é porque, hoje, as inúmeras pequenas empresas que refinam o óleo lubrificante no Brasil não atingem, com o refinamento, 3% do consumo brasileiro.

Na verdade — e a declaração é do eminente Presidente do Conselho Nacional do Petróleo — nós poderemos reaproveitar, em um ano, 180 milhões de litros de óleo lubrificante, o que equivale a uma economia, em números redondos, da ordem de 17 milhões de cruzeiros.

Dezessete milhões de cruzeiros, em economia de divisas, Sr. Presidente, é algo significativo, no momento em que se apontam os gastos brasileiros na aquisição de petróleo e seus derivados, como um dos mais críticos — eu diria — da balança de pagamentos do Brasil e quando o próprio Ministro das Minas e Energia conclama o povo à economia do combustível e, conseqüentemente, à economia do lubrificante.

Países como os Estados Unidos da América chegam a re-refinar, das suas reservas, cerca de 40%, enquanto nós só o fazemos aproximado dos 3% da nossa produção. Portanto, a notícia veiculada nos jornais, do entusiasmo e da preocupação do Conselho Nacional do Petróleo com o aproveitamento dos óleos lubrificantes deve ser, sem dúvida nenhuma, inserta nos anais do Senado, dando-se conhecimento à Nação da satisfação dos representantes de todos os Estados brasileiros, da satisfação desta Casa, porque, na verdade, as empresas brasileiras, pondo em prática as novas tecnologias no setor, poderão, inquestionavelmente, fazer o reaproveitamento, em escala altamente econômica e, acima disso, em condições melhores, até do que a grande maioria das empresas americanas o fazem. Estaríamos usando uma tecnologia hodierna, uma tecnologia do momento, uma tecnologia em melhores condições que a grande maioria das empresas norte-americanas.

Mas, a notícia que os jornais publicam, Sr. Presidente, enseja e faz tornar necessário o apelo que agora faço ao Senhor Presidente da República e ao General-de-Brigada Araken de Oliveira, do Conselho Nacional do Petróleo. É que a notícia diz que a PETROBRÁS e a SHELL-MEX do Brasil elaboravam um projeto de reaproveitamento dos óleos lubrificantes. E, a mesma notícia dá conta de que o Conselho Nacional do Petróleo daria cobertura, não só de **know-how**, como cobertura creditícia, à implantação dessa nova indústria.

Existem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, um sem-número de indústrias brasileiras que já se dedicam ao reaproveitamento do óleo lubrificante. O apelo é no sentido de que o Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, que em boa hora encampa essa medida altamente importante para a economia nacional, não se limite a dar cobertura, não se limite a ajudar, diríamos assim, a SHELL e a PETROBRÁS, a uma indústria estatal e a uma empresa de origem estrangeira, mas que dê cobertura creditícia, que dê cobertura de **know-how**, que dê cobertura capaz de fazer com que as empresas sérias, que estão se dedicando ao ramo, como as médias empresas, que, hoje, são as responsáveis por esses 3% de re-refinamento, venham a participar ativamente desses 40, 50 ou 60% do reaproveitamento do óleo lubrificante no Brasil.

É esse o apelo que nós fazemos, vindo ele capeado pela alvissareira notícia que, na verdade, só será completamente alvissareira se o Conselho Nacional do Petróleo vier cobrir as médias empresas nacionais. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Está esgotada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1974 (nº 2.033-C/74, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e dá outras providências.

A matéria foi aprovada, em primeiro turno, em regime de urgência, na sessão de 28 do corrente. Respeitado o interstício constitucional de 48 horas, a Presidência incluiu o projeto na Ordem do Dia de hoje, em caráter preferencial, nos termos do inciso III do art. 189 do Regimento Interno.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Estão presentes 33 Srs. Senadores.

Não há **quorum** para deliberação. Em consequência, a votação da matéria fica adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) —

Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 171, de 1974, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Ministro do Exército, General Sílvio Coelho Frota, alusiva ao Dia do Soldado, e da saudação do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Araripe Macedo, ao Exército, em nome da Força Aérea Brasileira e da Marinha de Guerra.

Não há **quorum** para deliberação. A votação da matéria fica adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) —

Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 392, de 1974), do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1974 (nº 151-B/74, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Estrasburgo, relativo à Classificação Internacional de Patentes, concluído a 24 de março de 1971.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Art. 362 do Regimento Interno.

O projeto aprovado vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1974 (nº 151-B/74, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1974

Aprova o texto do Acordo de Estrasburgo relativo à Classificação Internacional de Patentes, firmado em Estrasburgo, a 24 de março de 1971.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Estrasburgo relativo à Classificação Internacional de Patentes, firmado em Estrasburgo, a 24 de março de 1971.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

À espera da decisão da Comissão de Minas e Energia, quanto à indagação feita pelo nobre Senador Franco Montoro, vamos, hoje, rapidamente, em cumprimento ao prometido de ontem, concluir respostas àquelas críticas feitas por S. Exª, prometendo, em ocasião mais oportuna, prosseguir no debate com S. Exª.

1ª "Senador Virgílio Távora, Vossa Excelência está colocando o problema como o têm feito alguns Representantes do Governo e dessas grandes empresas. Mas é uma colocação contraditória. Diz Vossa Excelência: faça-se uma pesquisa e se encontre agora... É claro que tecnologia nuclear não se obtém por geração espontânea. É claro que o Governo realize convênios com as Universidades. Temos Departamento de Física e reator atômico em São Paulo. Temos reatores atômicos em outros pontos do Brasil, como no Rio de Janeiro, e que estão sem programação, estão fazendo teses acadêmicas. Por que o Governo não se utiliza dessa capacidade intelectual extraordinária? E quem o reivindica? São os professores de Física, com a responsabilidade que têm. Não é uma afirmação leviana. Dizer que se faça uma vistoria entre as empresas que atualmente têm essa capacidade, para ver se são capazes, claro que a resposta é negativa. Mas isto é esperar que o desenvolvimento venha, nós ficando de braços cruzados, a espera que nasça, por geração espontânea a capacidade nuclear que tem que ser — e com isto repito a afirmação que fiz há pouco: a decisão é política."

RESPOSTA

O Senador Franco Montoro desconhece que os únicos reatores operando no país são reatores de pesquisa e pertencem à Comissão Nacional de Energia Nuclear?

O reator do Instituto de Energia Atômica por exemplo, pertence à CNEN e está sob comodato com o IEA.

O reator do Instituto de Pesquisas Radioativas (TRIGA), o reator do Instituto de Engenharia Nuclear (ARGONAUTA) pertencem à CNEN e estão alocados em comodato à Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear integrando o Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear daquela Companhia.

Os reatores de pesquisa existentes no Brasil, não se dedicam exclusivamente à formação acadêmica. Todos três estão empenhados em programas que vão desde a produção de radioisótopos, à análise de materiais, análise por ativação para pesquisas em química, física, biologia e fins industriais e experiências em física nuclear. O testemunho por nós citado do Diretor Adjunto da AIEA é a melhor resposta que poderíamos dar.

O que o Senador Franco Montoro chama de uma decisão política é enveredar por uma linha que vai ser abandonada, do mesmo modo que o gasogênio, como foi a locomotiva a lenha e a carvão mineral.

Porque o que V. Exª está propondo é de continuar, ao invés de importar petróleo — porque temos que importar, pelo menos duran-

te algum tempo — a queimar o que resta de nossas florestas. Deveríamos voltar a usar nos automóveis o gasogênio e nas locomotivas o carvão. É exatamente a mesma situação porque não há necessidade que um produto mais fino que o carvão de madeira ou mineral...

Nos não teríamos que usar destilarias, mas simplesmente contar o que existiria de nossas florestas e transformar em carvão e o transporte seria feito através do gasogênio por exemplo. Isto é o que se chama de decisão política e fundamental. Todos os países do mundo que usaram o urânio natural o fizeram por uma contingência transitória. Ninguém continuará usando, dentro dos próximos dez anos, o urânio natural.

É impraticável — um beco sem saída. Então o que V. Ex.^a está propondo é que o Brasil adote uma política que necessária e infalivelmente terá que abandonar.

Qualquer estratégia, em particular a mostrada no trabalho do Professor Goldemberg, para quem não observou, no fundo é a estratégia dos indianos, é o escapar do urânio natural.

A figura é clara como a luz do dia. O que os indianos estão fazendo é mostrar como vão escapar às dificuldades inerentes a urânio natural. Tudo que os indianos estão fazendo é mostrar como vão escapar às dificuldades inerentes a urânio natural.

Tudo que está nos estágios I, II e III e lamentavelmente ele não explica quando ocorreram esses estágios — não figuram as datas das figuras de onde ele copiou dos trabalhos da Índia, como do estrangeiro. Em seguida embaixo da famosa figura 7, ele não diz também o que acontecerá, o que significa esses três estágios e muito mais não diz que sentido tem — é o sentido de escapar ao urânio natural. Isto é que escapa às pessoas pouco afeitas ao assunto: essas figuras são argumentos contrários ao urânio natural

8. O Governo deveria e deverá — tenho a certeza de que o Governo o fará, nobre Senador Virgílio Távora — deverá fazer um convênio com essas nossas universidades, para que desenvolvam essa linha de pesquisa e possam opor-se a outras opções, porque o Governo, muito prudentemente, não tomou, a respeito, uma decisão definitiva, não decidiu sobre essa ou aquela medida.

RESPOSTA:

Diversas são as universidades e instituições que, através de convênio com a CNEN, recebem dotações para pesquisas e desenvolvimento e patrocínio de cursos. Poderemos apontar as principais:

- Universidade de São Paulo
- Universidade Federal de Pernambuco
- Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Campinas
- Universidade do Estado da Guanabara
- Universidade Federal do Piauí
- Universidade Federal de Minas Gerais
- Universidade Federal do Espírito Santo
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Universidade Federal do Ceará
- Universidade Federal de São Carlos

e mais o Instituto de Energia Atômica, Instituto Militar de Engenharia, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Instituto Nacional do Câncer, Escola Veterinária do Exército e Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. O Governo, dentro de suas possibilidades, tem concedido substanciais verbas, no setor nuclear, para pesquisa e desenvolvimento como se pode ver abaixo, para o ano de 1974.

	Cr\$ mil
- Pesquisas Básicas	800,0
- Formação e Treinamento de Pessoal	5.000,0
- Segurança e Radioproteção	2.000,0
- Aplicações de Radioisótopos	6.600,0
- Tecnologia de Reatores	30.000,0
- Tecnologia de Combustíveis Nucleares	63.000,0

- Infra-estrutura, Coordenação, SPD e melhoramentos	51.000,00
- Manutenção de Pessoal	17.000,0
TOTAL	175.400,0

Para o período 74/78 os recursos previstos aumentarão a cada ano, devendo alcançar, no quinquênio, os seguintes valores:

	Cr\$ mil
- Pesquisas Básicas	8.000,0
- Formação e Treinamento de Pessoal	37.000,0
- Segurança e Radioproteção	15.000,0
- Aplicação de Radioisótopos	22.000,0
- Tecnologia de Reatores	200.000,0
- Tecnologia de Combustíveis Nucleares	351.000,0
- Infra-estrutura	500.000,0
TOTAL	1.133.000,0

No campo da tecnologia nuclear, no momento, o IEA de São Paulo, está engajado no desenvolvimento dos reatores a gás de alta temperatura, que constituem a próxima geração de reatores térmicos e possivelmente rápidos. Por outro lado, a CBTN, no ano passado, inaugurou no IPR a montagem subcritica à água pesada e urânio natural (CAPITU) totalmente construída no Brasil. Mantém também convênios de desenvolvimento de pesquisa tecnológica com diversas entidades nacionais, um dos quais visa à construção de uma Usina Piloto de Água Pesada.

8a. "O Governo adotará a linha de reator que melhor convier ao Brasil. Mas, para provar que a linha de urânio natural é a melhor, tem o Governo esperado, até agora, que lhe apresentassem dados. Dados não significam apenas preço, como Vossa Excelência quis fazer entender em nossa afirmativa. Dados significam confiabilidade, dados significam capacidade de construção; dados significam operatividade. Preço é apenas um dos componentes. Desculpe-nos. Já fomos tomando a embalagem da eloquência de Vossa Excelência". Estas foram observações nossas ao pronunciamento a que hoje respondemos. Acrescentamos:

A diretriz que presidiu a escolha do reator para Angra dos Reis, não foi responsabilidade única da CNEN, nem da ELETROBRÁS, mas encampada pelo Congresso, quando a Câmara aprovou as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito que tivemos a honra de presidir e da qual faziam parte ilustres membros do Parlamento, entre as quais nos permitimos destacar a figura de Aureliano Chaves, seu relator: não define uma política em favor de uma ou outra opção, mas a adoção já mostra o que de no momento é julgado mais conveniente a nosso desenvolvimento.

8b. O Senhor Arnon de Mello (Alagoas) — Desejava apenas fazer dois esclarecimentos. O primeiros dos quais já foi feito, aliás, por V. Ex.^a o Governo ainda não definiu a política em matéria nuclear.

O Senhor Franco Montoro (São Paulo) — Muito bem.

O Senhor Arnon de Mello (Alagoas) — O reator de Angra dos Reis, de urânio enriquecido, não define a política do Governo em favor do urânio enriquecido. É o que me declarou o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear. O segundo esclarecimento é que não se trata de problema de soberania, porque, se o urânio enriquecido precisa ser enriquecido fora do País, o reator de urânio natural precisa também da água pesada, que é produzida fora do País. A Argentina, por exemplo, construiu seu reator de urânio natural e precisou comprar água pesada nos Estados Unidos.

RESPOSTA:

A água pesada também é tecnologia americana, a LUMUS, subsidiária da Babco & Wilcox, para a qual os canadenses pagam "royalties" pela patente.

8c. O Senhor Franco Montoro (São Paulo) — “A observação de Vossa Excelência tem validade. Mas a diferença é a seguinte: enquanto o urânio enriquecido é fornecido apenas pelas grandes potências, Rússia e Estados Unidos, o urânio natural pode ser encontrado numa dezena de países. Inclusive no Brasil há possibilidade de produção de urânio natural e do tório, que substitui, como subsídio para o reator. É claro que, no momento, não existe um resultado final, porque não houve projeto elaborado para esta obtenção. Mas tenho ouvido de professores de Física, em seminários sobre a matéria, afirmação de que não há paralelos entre a independência num e no outro caso. Inclusive, tivemos agora, nos casos que acabamos de citar, o da Índia e o da Argentina”.

Senhor Franco Montoro (São Paulo) — “Mas não foi este que fez a bomba atômica. Sabe V. Ex^a que a Westinghouse está ligada a todas aquelas reservas que estão vinculadas a urânio enriquecido”.

RESPOSTA:

8d. Verifica-se um total alheamento à noção do que seja urânio natural quando confundido com o urânio bruto tirado da terra e sem qualquer tratamento.

Basicamente o combustível a urânio natural deve atender às mesmas especificações da tecnologia do urânio enriquecido. A única diferença é que o segundo sofre o enriquecimento.

Mas por outro lado, se para o urânio levemente enriquecido é necessário a posse da tecnologia — do enriquecimento pela ultracentrifugação, pelo menos, para a linha do urânio natural além da tecnologia do combustível, deve ser dominada a da água pesada, que tem quebrado a cabeça dos canadenses e carreado milhões de dólares canadenses, como vimos. Isto, repetimos, se desejamos independência tecnológica... (pelo menos quanto ao combustível)

8e. O Senhor Franco Montoro (São Paulo)... “nos seus aspectos internacionais e sabe que o urânio enriquecido inclusive está sujeito a cláusulas de reservas que impedem, que manietam os países na sua utilização...”

RESPOSTA:

8f. As salvaguardas constituem um outro problema sobre o qual parece haver total desconhecimento da parte dos críticos do Governo, pelo que se depreende da afirmativa acima.

Vamos mais uma vez repetir:

Pelo art. 11 dos Estatutos da Agência Internacional de Energia Atômica (Convenção Internacional ratificada pelo Congresso Nacional em 24 de julho de 1957) todos os países signatários estão sujeitos a salvaguardas, inclusive o Brasil e a Argentina.

As salvaguardas não nos foram impostas, mas soberanamente aceitas por nós, como um resultado de um compromisso internacional que assumimos não só consciente como motivadamente.

Esse compromisso, pela aprovação dada pelo Congresso Nacional, é um imperativo da legislação brasileira, na política nuclear.

Estão sujeitos a salvaguardas:

Uma instalação nuclear quando fornecida inteiramente ou substancialmente (a critério da Agência) pela Agência ou através da Agência, ou mesmo mediante um acordo de colaboração bilateral ou multilateral que tenha salvaguardas por solicitação das Partes.

— Uma instalação nuclear sem salvaguardas que venha a utilizar um material nuclear sob salvaguardas.

— Os materiais nucleares produzidos, processados ou usados numa instalação nuclear principal sob salvaguardas.

— Os materiais nucleares fornecidos em virtude de acordo.

Desse modo é fácil verificar que o simples fato de utilizar combustível, produzido no País, mesmo no caso do urânio natural, não livra os reatores das salvaguardas. Estes se acham sob salvaguardas quando comprados ou construídos através de acordo de colaboração, independentemente de utilizar combustível importado ou de

origem nacional. Como por exemplo se encontra, o reator da Central Nuclear de Atucha, Argentina.

Em resumo, para que um país tenha uma linha de reatores sem salvaguardas é preciso:

a) projetar e construir seus reatores;

b) utilizar combustível nacional e dominar todas as etapas do ciclo; e, no caso particular dos reatores de urânio natural e água pesada.

c) dominar a tecnologia de produção de água pesada;

d) não utilizar **boosters** neste reatores, porque **boosters** contém urânio enriquecido ou plutônio, a menos que o urânio enriquecido seja produzido em instalação inteiramente independente de auxílio externo e que o plutônio fosse produzido em reator construído sem nenhuma cooperação estrangeira.

De forma que o caminho da independência nacional, novamente reafirmamos, é o de criar uma indústria baseada na absorção da técnica estrangeira, e dependente exclusivamente de matérias-primas nucleares nacionais, que é a política do Governo e o que será conseguido quanto mais rapidamente quanto mais nos utilizarmos do concurso estrangeiro para dominar essa tecnologia e quanto menos tivermos os programas derivados dessa política, deturpados por aqueles que, sinceramente, acreditamos, pensam estar defendendo o interesse nacional.

9. “Segundo o Senhor Athos da Silveira Ramos, os reatores do tipo que a Comissão Nacional de Energia Nuclear escolheu para a usina de Angra dos Reis estarão superados, dentro de poucos anos, pelos reatores do tipo “fusão”, afirmou o professor Athos da Silveira Ramos, no fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

Seria mais lógico — disse — que o Brasil escolhesse um reator alimentado a urânio natural e “água pesada” (com átomos de hidrogênio pesado), como o que a Argentina está concluindo em Atucha. O reator brasileiro alimentado a urânio enriquecido e “água leve” (com átomos de isótopo de hidrogênio), logo ficará obsoleto, enquanto o argentino será uma preliminar do reator do futuro, o reator de “fusão”, também alimentado com urânio natural e “água pesada”.

RESPOSTA:

— Nenhum país do mundo colocou um reator termonuclear (de fusão) em funcionamento. No ano passado, os russos e os japoneses anunciaram, de forma independente, terem obtido durante apenas uma fração de microssegundo o confinamento do plasma de altíssima temperatura (10.000.000°C). As pesquisas em desenvolvimento nos países mais avançados indicam não ser possível, nos próximos 10 anos, construir-se um protótipo do reator de fusão nuclear, cujo preço não pode ainda ser calculado. Vale mencionar que somente os Estados Unidos gastam, nessas pesquisas, mais de 100 milhões de dólares anualmente, sendo de 145 milhões de dólares a previsão para o próximo ano. Não existe qualquer relação entre o reator CANDU de água pesada e urânio natural com o futuro reator de fusão. Não basta conter deutério (um dos isótopos pesados de hidrogênio) para se ter um reator de fusão...

A reação de fusão controlada entre dois isótopos do hidrogênio é uma possibilidade futura de geração de energia. As reações de fusão ocorrem nas estrelas, constituindo-se na sua fonte de energia praticamente inesgotável.

O homem consegue provocar estas reações nas bombas termonucleares, onde elas ocorrem de forma não controlada.

O problema da utilização desta energia para fins úteis seria resolvido uma vez que se conseguisse controlar esta reação.

Para tal fim, é necessário manter um gás ionizado (plasma) a uma temperatura de 100 milhões de graus. Isto é extremamente difícil, pois não há materiais que resistam a esta temperatura e o confinamento do gás quente deve ser feito por outros meios (campo magnético é o mais usual). Por outro lado, a reação é altamente instável e até hoje não se conseguiu mantê-la por prazos consideráveis. Para exemplificar, os Estados Unidos esperam concluir este ano em Los

Alamos 1/3 da montagem chamada SCYLLAC com a qual se espera demonstrar o confinamento do plasma na temperatura adequada por 100 microssegundos.

Assim, o problema da utilização prática da fusão constitui-se num dos maiores desafios da pesquisa atual, sendo objeto de trabalhos dos mais avançados e sofisticados nos Estados Unidos, na URSS, na Inglaterra e na França. Estes países vêm trabalhando no assunto há mais de 20 anos.

Nos Estados Unidos estão envolvidos nessas pesquisas os seguintes laboratórios: Lawrence Livermore Laboratory, Los Alamos Scientific Laboratory, Oak Ridge National Laboratory, Princeton University's Plasma Physics Laboratory, Massachusetts Institute of Technology, Sandia Laboratory Albuquerque, Gulf General Atomic, United Aircraft.

Recentemente, no 5º Simpósio sobre Problemas de Engenharia em Pesquisa de Fusão, realizado em Princeton, EUA, o Dr. Robert W. Bussard, representando o ponto de vista oficial da AEC (Comissão de Energia Atômica dos EUA), expôs que, face aos recentes sucessos em se conseguir o controle efetivo da fusão, a AEC se lançou no programa de desenvolvimento de uma central de potência baseada na fusão. Entretanto, segundo ele, uma estimativa otimista da introdução comercial dos reatores de fusão é o fim da década de 1990. Compare-se esta declaração com a anteriormente citada, da autoria do Professor Athos da Silveira Ramos.

No que se refere aos recursos necessários, basta citar, a título indicativo, que os EUA até 1974 tem dispendido anualmente, cerca de 100 milhões de dólares em pesquisas sobre fusão controlada.

Em 1975, está previsto aplicar 145 milhões de dólares e no próximo quinquênio 1975-1979 — 1 bilhão e meio de dólares.

Face à limitação de recursos financeiros e humanos disponíveis e à conseqüente necessidade de se estabelecer prioridades e evitar a dispersão de esforços e a pulverização de nossos limitados recursos, a CNEN concentrou os seus trabalhos na tarefa, já em si considerável, de introduzir um programa de centrais nucleares no país, baseadas em reatores de fissão, utilizando tecnologia já demonstrada. Esta tarefa é difícil e atinge o limite das nossas possibilidades, não permitindo atividades de pesquisas de fronteira, que requerem uma imensa capacitação científica e apoio de inúmeros laboratórios especializados e que só darão frutos concretos, economicamente, daqui há 25/30 anos, mesmo nos países mais avançados tecnologicamente.

Não obstante, a CNEN procura acompanhar com muito interesse o desenvolvimento da fusão no exterior, não desenvolvendo, porém, atividades pioneiras neste setor.

Assim sendo, concluímos: Nem o reator argentino "é uma preliminar do reator do futuro, o reator de fusão, "também alimentado com urânio natural (?) e água pesada", nem também os reatores do tipo que a Comissão Nacional de Energia Nuclear escolheu para a usina de Angra dos Reis estarão superados dentro de poucos anos".

10. "Parece-nos claro que, a médio prazo, só há um caminho capaz de conduzir o Brasil ao desenvolvimento de uma tecnologia: é, no dizer de nossos cientistas, a decisão por um programa nuclear que não se baseie na compra de reatores, mas na implantação de uma indústria nuclear brasileira, utilizando como combustível o urânio nuclear obtido no País".

RESPOSTA:

É uma afirmativa que em sua parte final permite se supor que parta de quem desconhece que a tecnologia mais complexa é aquela que o Canadá adotou e que por isso mesmo teve que fazer um esforço monumental para dela se assenhorear. É um fato que escapa a observação comum que o Canadá teve auxílio de muitos países para desenvolver sua tecnologia e continua tendo, em particular da Itália. Pode-se ver perfeitamente no último Relatório da AIER, que os italianos estão ajudando os canadenses a saírem do urânio natural, tentando fazer com que seja possível aos canadenses fabricar combustíveis em que o urânio é enriquecido com plutônio. E isso tiraria os canadenses do impasse.

Mas queremos lembrar, com relação a afirmativa, que o CANDU 600 foi inicialmente estudado, projetado e desenvolvido pelos franceses. A Babcock Atlantic foi a companhia que fez o primeiro projeto do CANDU 600. Este projeto foi apresentado na concorrência de Fessenheim e como ele era bastante mais caro que o MAGNOX, que por sua vez é 58% mais caro que a água leve, não pôde ser aceito.

Trata-se de uma tecnologia complicada e que dificilmente poderá ser transferida para nosso país.

Apesar disso passou a ser uma espécie de "capricho" a adoção da linha do urânio natural. O urânio natural é uma coisa que vai "salvar" o Brasil, mas ninguém se lembra de averiguar se a água pesada é uma coisa fácil ou difícil de produzir no Brasil, nem que o urânio natural marca uma etapa já vencida no desenvolvimento nuclear mundial.

Parece que produzir água pesada é bem mais difícil que enriquecer urânio porque até hoje poucos países produzem água pesada. Primeiro que água pesada tem origem militar e segundo que não é nada fácil produzir água pesada. Tanto é que o Canadá tem dificuldades que até hoje que todos nós conhecemos. Continua importando dos Estados Unidos parte de suas necessidades.

De fato se procurarmos saber a origem da maioria da água pesada existente, produzindo energia elétrica ou térmica no Canadá nós vamos ficar estupefatos ao observarmos que esta água pesada vem dos Estados Unidos. Nós iríamos acabar comprando água pesada também aos Estados Unidos para satisfazer "o capricho" dos reatores a urânio natural e água pesada.

11. "Este enriquecimento requer processos industriais muito complexos que não só exigem grandes investimentos (da ordem de 1,5 bilhão de dólares) como também um consumo gigantesco de energia (tipicamente 2.000.000 de quilowatts de potência); o processo de enriquecimento é feito "forçando" hexafluoreto de urânio através de paredes porosas; nelas um dos isótopos é "filtrado" mais rapidamente do que o outro (este é o processo de difusão gasosa); a repetição de inúmeras operações deste tipo é necessária para obter um enriquecimento razoável".

RESPOSTA:

Este ponto já foi suficientemente explicado por nós.

Não sabemos porque o autor se atém à explicação de um só método de enriquecimento, quando não é segredo que a técnica de ultracentrifugação vem despertando o interesse de grupos privados não somente na Europa (URENCO, integrada pela Holanda, Inglaterra e Alemanha), como nos Estados Unidos da América (EUA, formada pela Bechtel — Westinghouse — Union Carbide e do outro consórcio integrado por General Electric — Exxon), pois faculta a instalação econômica de usinas menores e é o processo que o Brasil estuda a possibilidade de instalação em seu território, como já vimos. Além desses dois, a Alemanha vem desenvolvendo o método jato-centrífugo de gás, que dos três é o que exige menor investimento embora requeira maior consumo de energia. Os processos mencionados ou já passaram à fase industrial ou deverão passar proximamente.

A África do Sul possui processo próprio de enriquecimento e grandes progressos têm sido alcançados no desenvolvimento do processo de enriquecimento de urânio por LASER, em Israel, na França e nos Estados Unidos. (Vide Nuclonics Week, Vol. 20, nº 25, de 20-6-74). Mas isto já é do conhecimento deste Plenário, repetimos.

12. A tabela III do documento de autoria do Prof. José Goldeberg apresentado ao Instituto Roberto Simonsen, contém um dado, o de produção de plutônio (em gramas/kWano), que pode dar a impressão de que o reator a gás grafita é o que mais plutônio produz. Se dela constasse o dado, na unidade realmente adequada, isto é, um quilograma de plutônio físsil/tonelada de combustível queimado, então os resultados seriam totalmente diversos dos apresentados:

PRODUÇÃO DE PLUTÔNIO

Potência (MW _e)	GCR	AGR	PWR	BWR	HWR	HTGR
	515	600	880	715	510	640
Combustível	Umetálico	UO ₂	UO ₂	UO ₂	UO ₂	UO ₂
Enriquecimento	natural	2,13%	2,95%	2,39%	natural	3,7%
Massa de Combustível (t)	480	152	86	140	92	
Moderador	Grafite	Grafite	Água leve	Água leve	Água Pesada	Grafite
Refrigerante	CO ₂	CO ₂	Água leve	Água leve	Água Pesada	Hélio
Taxa de irradiação (MWd/tU)	4.000	20.000	33.000	27.500	9.000	90.000
Produção de Plutônio (kg/tU)	3,0	4,0	6,6	5,9	3,0	(1)

Obs. (1) — O HTGR não produz plutônio e sim U-233 que é reciclado de modo a assegurar a continuidade do seu funcionamento.

Já mostramos, por outro lado, os dados relativos ao reprocessamento de plutônio.

A taxa de produção de plutônio por quilograma de combustível queimado é a que interessa, pois o aproveitamento do plutônio somente se pode fazer após o reprocessamento, que é cobrado por quilograma de combustível reprocessado. Pouco importa o tempo de operação do reator a um certo nível de potência (kw-ano), se o reprocessamento econômico se faz à base do quilograma de combustível queimado e este, oriundo do reator a água leve, contém mais plutônio físsil (praticamente do dobro) do que o descarregado do reator de água pesada e urânio natural. Além disso, seria interessante ressaltar que a principal finalidade dos reatores de potência é a produção de energia elétrica e não de plutônio. Se tal fosse o objetivo, melhor seria a construção de reatores plutonígenos.

13. "Esta linha assegura em princípio — uma independência completa, no que se refere a matérias-primas".

RESPOSTA:

Como dissemos anteriormente, na atual conjuntura, "ou se está dependendo do urânio levemente enriquecido, no caso dos reatores a água leve — solução até o momento adotada pelo Governo Brasileiro — ou, como a Argentina, de água pesada. Nem água pesada, nem urânio enriquecido, no momento foram conseguidos em quantidade razoável no hemisfério sul e, principalmente, aqui no nosso Sul ocidental". Quando um país fornece qualquer quantidade de água pesada, o outro, como é o caso de água pesada que importamos para montar a CAPITU, em Minas Gerais, e a água pesada (mais de 300 toneladas) que a Argentina importou dos Estados Unidos para o reator da Atucha, coloca este material sob regime de salvaguarda, de acordo com as normas internacionais.

Não gostaríamos de encerrar estas nossas considerações sem apresentar, como exemplo, da tarefa gigantesca a empreender pelo Brasil, a forma e quantidade de urânio necessárias para uma usina — a de Angra dos Reis. Se raciocinarmos que em 1990 será imprescindível ter instalada uma potência 17 vezes maior que a de Itaipu, chegaremos à conclusão do muito que se tem a realizar.

Para uma alimentação anual desta usina, precisaríamos minerar 59 180 toneladas de minério que contivesse, como é o caso de Poços de Caldas, 0,2% de U³ e O⁸ (concentrado de urânio).

Teríamos que beneficiar esse minério e ele teria, dentro daquela proporção, 111 toneladas — vejamos os Srs. Senadores que de 59 mil toneladas, baixa para 111 toneladas e 350 quilos de U³-O⁸ em yellowcake. Este U³-O⁸ teria que ser fluorizado, transformado em gás no F⁶ hexafluoreto de Urânio. 111.350 quilos, a que nos referimos, dariam 138.300 quilos de hexafluoreto de urânio a ser enriqueci-

do, de 138.300 quilos teríamos enriquecido 22.860 quilos havendo um rejeito de hexafluoreto empobrecido de 115.440 quilos.

O Sr. Luiz Cavalcante (Alagoas) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) — Com prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante (Alagoas) — Apenas para pedir um esclarecimento. Não percebi bem qual seria a demanda de Angra dos Reis do U³-O⁸.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) — 111.350 kg por carga anual. E que de ano em ano, V. Ex^a sabe, que é renovada.

O Sr. Luiz Cavalcante (Alagoas) — Muito obrigado.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) — Este UF₆ não pode ser empregado como combustível sólido porque ele é um gás. Terá que ser, então, reduzido o bióxido de urânio UO₂; mas desses 22.860 quilos de hexafluoreto de urânio enriquecido nós teremos 17.360 quilos de UO₂ enriquecido a 3%. Irá então à Usina Nuclear e depois há o reprocessamento. Apenas gostaríamos de repetir, fixar num gráfico como fizemos, esses números, para mostrar a magnitude do problema para a necessidade anual de Angra dos Reis de 17 toneladas e 360 quilos de bióxido de urânio. O combustível nós teríamos que minerar inicialmente, em Poços de Caldas, 59 mil e 180 toneladas. Projetamos para o futuro, Sr. Presidente, as precauções do Governo, de vez que ele vai entrar — e aqui podemos afirmar a V. Ex^as — no ciclo do combustível e na indústria pesada tanto do **engineer** como do **know-how** e dos componentes nucleares, gostaríamos de repetir, para dar uma idéia do que de esforço colossal vai despender a Nação, e da justeza e das medidas que o Governo, sem alarme, talvez incompreendentemente, tem tomado, para que, realmente, nossos filhos possam orgulhar-se desta geração. Uma geração que dará a eles a independência tecnológica nuclear. Estamos certos de que esta independência tecnológica nuclear vai ser, sem sombra de dúvida, um dos pontos mais altos, Senhores Senadores, do Governo que hoje o Presidente Geisel tão bem dirige.

O Sr. Luiz Cavalcante (Alagoas) — Nobre Senador, por esses números que V. Ex^a está revelando, vemos, com apreensão, quão distantes estamos da certeza de que as nossas jazidas, que vão apenas a pouco mais de duas mil toneladas, possam sustentar o grande programa de energia nuclear em que o País se empenhará em futuro não distante.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) — Eminentíssimo Senador, não sejamos também tão descrentes. O problema da mineração do urânio *mutatis mutandis*, tem alguma coisa de semelhante em suprimento de fontes de energéticos que possam substituir o petróleo dos veículos automotores.

Até há pouco tempo dizia-se que a exploração do xisto betuminoso — e V. Ex^a deve estar lembrado do discurso que aqui pronunciamos a respeito do assunto — era uma loteria pelo envolvimento de somas fabulosas quanto ao investimento e depois pelo preço que saía unitariamente um barril de óleo derivado do xisto.

A necessidade faz a obrigação.

Nós temos jazidas de urânio, que podem ser exploradas a dez dólares a libra, outras a quinze e outras a vinte. As de quinze e vinte temos até em apreciável quantidade. Quando a Comissão Nacional de Energia Nuclear fala nas jazidas exploráveis economicamente, no momento faz a comparação com o preço internacional e fica naquelas jazidas que possam ser exploradas abaixo de dez dólares a libra — naturalmente de U³O₈, quando a isso nos referimos.

Mas, depois dos Estados Unidos, podemos afirmar, sem dúvida: no mundo ocidental não há nenhum país que tenha um programa tão grande, tão vasto, com tantos recursos de prospecção uranífera como o Brasil. Começamos praticamente esse programa nos fins de 1970; ainda está cedo para se obterem os resultados.

Temos certeza de que, com a chaminé de Poços de Caldas, com a Serra da Moeda, teremos aquilo que é necessário para começar o nosso programa de desenvolvimento.

O Sr. Luiz Cavalcante (Alagoas) — V. Ex^a, poderia dizer da potencialidade da jazida de Figueira? Acho que é no Paraná, se não me engano.

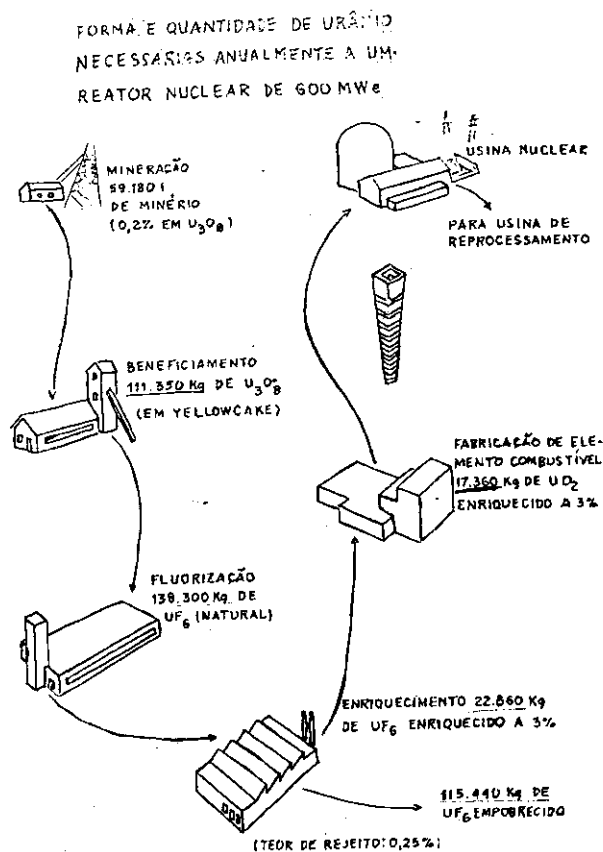
O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará). — Poderíamos dizer, Senador, que só sabemos que nada sabemos. Em linguagem comum, ela ainda está no início de sua avaliação. Realmente, existe lá; o quanto, ignoramos. Pensamos que ser um segundo Poços de Caldas, mas se realmente, essas esperanças vão se concretizar, com toda sinceridade, dentro do respeito que V. Ex^a nos merece, a resposta só pode ser esta: no momento ainda é uma belíssima expectativa

O Sr. Luiz Cavalcante (Alagoas) — Muito obrigado.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) — Sr. Presidente, Srs. Senadores. No fim, uma desculpa: Ocupamos a atenção deste Plenário durante várias sessões, tratando de um assunto eminentemente técnico e por que não dizer supinamente árido. Talvez que cause até um pouco de sono a quem ouve, mas, Sr. Presidente, vamos nas palavras finais aqui proferidas, repetir aquela profissão de fé que ontem endereçávamos a todos que nos ouviam sobre o assunto. No

momento, no Brasil, estamos — na parte do campo nuclear como uma das mais importantes fontes no campo energético e uma das alavancas maiores do desenvolvimento do País — jogando os nossos destinos. A Administração atual é cônica dessas responsabilidades; dos altos mandatários desta Nação aos mais afetos à política nuclear brasileira, nunca se ouviu uma declaração leviana ou mais otimista do que aquelas que, descoloridamente, por nossa voz aqui o Plenário do Senado teve conhecimento. O Brasil marcha, não tenham a menor dúvida, Srs. Senadores, com uma das preocupações maiores do Presidente Geisel para se tornar uma nação em termos de abastecimento, em termos de construção de reatores nucleares e dos chamados materiais, (isto é, do combustível e do moderador) uma nação tecnologicamente independente. Esta é a afirmativa que poderíamos fazer: Nação eminentemente amante da paz a nossa, não pensa no emprego da energia nuclear a não ser para fins também pacíficos, mas a encara justamente como uma das alavancas maiores, repetimos, do seu progresso.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que gostaríamos, nesse final de tarde, de fazer em nome da Maioria à Casa, que com tanta benevolência nos ouviu. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimento.)



O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (Alagoas) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebi, faz poucos dias, carta subscrita por um Sr. Francisco Conti, pessoa que não é das minhas relações nem mesmo era do meu conhecimento. Em anexo outra carta, cuja remessa a mim era o móvel da primeira. Versando matéria do especial interesse desta Casa — como o petróleo —, passo à leitura das referidas cartas, pois as considero dignas de figurar nos Anais do Senado:

"Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1974.

Prezado Senador Cavalcante:

Esta carta estava destinada ao geólogo e amigo pessoal Glycon de Paiva.

Pensando melhor, achei que Vossa Excelência poderá extrair dela melhor proveito, daí estar remetendo-a para Vossa Excelência.

Peço vênha por não ter redigido ex-novo mas é que não tenho mais secretária e achei que Vossa Excelência não ficaria agastada por essa alternativa comodista.

Atenciosamente. — Francisco Conti"

A carta que o Sr. Francisco Conti remeteu ao seu amigo Glycon de Paiva, tem a seguinte redação:

"Francisco Conti

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1974

Prezado Glycon:

Estou aposentado do Grupo Fiat/Italconsult desde 1971 e me retirei para a minha esplêndida (modéstia a parte) residência em Icarai à Rua Gen. Pereira da Silva 306, fone 722-8435, onde V. será sempre bem-vindo para uma peixada bem ao gosto mineiro.

Tendo lidado com minérios durante 35 anos, e como ex-diretor comercial de uma empresa de perfurações, não deixo de acompanhar com interesse as diatribes e debates sobre o monopólio estatal do petróleo. E a esse respeito gostaria de externar uns palpites para a valiosa apreciação do Amigo Glycon. Na minha modesta opinião, o problema deve ser, de início, dividido em duas partes: 1) A quem quer que seja, de qualquer nacionalidade, deve ser permitida a busca de petróleo em território nacional, obviamente com licença prévia e fiscalização das autoridades competentes; 2) seja qual for a produção obtida, ela só poderá ser vendida ao Governo do Brasil ou a seus prepostos legais. Isso em princípio.

Já sei qual seria a repercussão imediata de uma pré-legislação desse tipo, com argumentos tais como "conversa, ninguém viria empatar tempo e dinheiro nessas condições" etc.. Estão errados os que assim pensam e eu sou um dos poucos brasileiros que pode seguramente fazer tal afirmação, porquanto que já em 1947/52, quando dirigia a Perfurações Comerciais SA, muitos norte-americanos (os tais "wild-cats" ou "free-lancers" que proliferam nos EUA) me solicitavam interferir para poderem perfurar nessas condições, com garantia de percentagem sobre o valor do produto a ser paga em dinheiro (a percentagem, a ser estabelecida, geralmente girava em torno de 50%) que hoje, acredito, deverá ser mais favorável ao Brasil devido à fome de petróleo existente.

Parece-me caberem, à margem, algumas considerações de ordem pessoal, a saber: a) No período épico da busca de petróleo nos EUA, quando as companhias e os wild-cats agiam simultaneamente, muitas foram as propostas de interessados ao velho Rockefeller para que também participasse das pesquisas (prospecções), obtendo sempre da velha raposa a seguinte resposta: "deixa que os bobos joguem seu rico dinheirinho em buracos, eu não gosto de jogos de azar, eu vou na certa... Vocês encontrem o petróleo que eu e meus associados vamos refiná-lo e levá-lo aos centros consumidores" — Eis aí como deverá agir o nosso Governo: monopólio completo e total do refino, transporte e distribuição, porém plena liberdade para prospectar e perfurar; b) a legislação americana permite a busca de petróleo mediante o simples entendimento entre o dono da terra e o pretendente à sua exploração (V. detalhes na legislação específica norte-americana); c) constituímos hoje uma grande nação de mais de 100 milhões de habitantes, temos um grande exército, grande marinha e uma grande aviação — porque, então, devemos temer que alguém, nacional ou estrangeiro, venha a perfurar buracos em nosso chão com risco próprio? Por acaso não temos meios de fiscalizar? Ou tememos que uma vez encontrado o petróleo esses alguém levem os buracos para fora do país? É isso que não encontra resposta em minha mente simplória; d) medo de intervenção armada das grandes potências? Esse período já passou, haja vista o exemplo recente dos países árabes produtores de petróleo, que não tiveram medo e hoje enriquecem.

É o que desejava dizer-lhe, prezado Glycon. — a)
Francisco Conti"

Assim, Sr. Presidente, é mais uma opinião coincidente com a de ilustres parlamentares como os Deputados Herbert Levy, Cardoso de Almeida, Aroldo de Carvalho e muitos outros, que pugnam pela urgente massificação da pesquisa do petróleo no Brasil. Opinião igualmente esposada por editorialistas de grandes órgãos da imprensa brasileira, como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Tarde*, entre outros.

Nada justifica que o Brasil se afigure a uma posição, sem dúvida justificável no passado, mas que hoje atenta contra o lema do atual Governo — **Desenvolvimento e Segurança**.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senhor Senador Leoni Mendonça.

O SR. LEONI MENDONÇA (Goiás) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A retração dos financiamentos à produção agropecuária, pela carteira própria do Banco do Brasil, atinge profundamente o Estado de Goiás. Os empréstimos solicitados desde maio, para aquisição de tratores e implementos, demoram a ser liberados, apesar dos anúncios de abertura, o que provoca apreensões; ainda mais quando se aproxima a estação chuvosa, sem que a infra-estrutura agrícola goiana — limpeza da área, preparo do terreno e plantio — tenha sido preparada. O atraso da liberação de recursos provoca o descumprimento do calendário especial da atividade, prejudicando, de maneira sensível, as fontes de produção, numa hora em que se especula sobre as ameaças que solapam o chamado "milagre brasileiro".

De toda parte do meu Estado chegam informações desalentadoras, todas repisando a necessidade de melhor oferta de crédito, ao agricultor e ao pecuarista, por parte das financeiras e dos Bancos oficiais de investimento. Aliás, quando foi editado o Decreto-Lei nº 1.338, de 23 de julho último, que reformulou a sistemática do Imposto de Renda e do mercado de capitais, havia esperanças de relaxamento das medidas que restringem o crédito. Tal não aconteceu. Agora, há promessa de mudança. Mas ainda é promessa. Todos admitem que se deve estimular a poupança, mas a moderação nas compras se torna perigosa, quando dela decorre a queda de nível dos negócios.

Economistas do mundo inteiro falam da inflação surgida depois da Guerra do Yon Kippur, em virtude de alta sofrida pelos preços dos combustíveis. Os produtores de óleo souberam explorar a crise do Oriente Médio, atingindo países grandes e pequenos, de maneira que inexistente nação importadora de petróleo que esteja com a sua balança de pagamentos equilibrada.

Tenho acompanhado os debates que se travam nesta Casa, sobre questões fundamentais. Sinto o interesse de todos os Srs. Senadores na solução dos grandes dilemas que nos inquietam, e entre os quais se insinua, de forma insidiosa, a escalada da repressão creditícia. Resultado dessa crise: em todas as praças, a insolvência se projeta. Em São Paulo, por exemplo, deixaram de ser liquidados, no mês de março, papéis comerciais no valor de Cr\$ 127,700 milhões. Em abril, o montante ficou na ordem de Cr\$ 109,300 milhões e, no primeiro semestre todo, só na Capital paulista, os protestos se elevaram a Cr\$ 676,700 mil, o que representa, em termos nominais, e em relação a igual período de 1973, aumento superior a 100%. O total de falências requeridas foi superior a 1.100, e as concordatas requeridas apontavam compromissos de Cr\$ 968 milhões.

Para alguns, a situação decorreu da expansão do crédito, em fins de 1973, e do aumento dos preços verificado no princípio de 1974. Mas é conveniente lembrar que o principal excesso de protestos de títulos se localiza nas áreas de produção. No setor imobiliário, a escassez de recursos, aliada à inflação, permitiu, nos primeiros cinco dias deste mês, a situação descrita pela revista *Visão*:

"Desconsolado, o corretor tem à sua frente apenas cadeiras vazias, no quiosque armado junto ao prédio em construção num bairro classe A, de São Paulo. Há cinco dias não vende um apartamento (2.800 cruzeiros o metro quadrado) situação que nem sequer imaginava há cerca de um ano, quando vários andares de muitos edifícios eram entregues a compradores num único fim-de-semana, mesmo a preços considerados altos."

Poder-se-ia dizer que o setor imobiliário é sujeito à especulação desenfreada. Mas, quem mais sofre com a repressão creditícia é a agropecuária, que deveria ser estimulada, sob todos os pontos de vista, pois do seu êxito depende o abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

A carência de dinheiro — o papel-moeda em poder do público — leva a consequências inesperadas, e deixa o produtor em extrema incerteza. No começo de junho, os círculos financeiros admitiam que as dificuldades eram comparáveis às enfrentadas nos dias que se seguiram à intervenção no Grupo Halles. É que os níveis de liquidez baixaram verticalmente, afetando todo o sistema econômico. O mercado aberto de Letras do Tesouro Nacional apresentava-se inflacionado, com determinadas instituições comprando as letras a taxas de desconto sem paralelo. Explicou-se, então: no fim do mês, os estabelecimentos bancários sofrem pressão para recolhimento de impostos e contribuições à previdência social. Contudo, não houve mudança, e os comentaristas afirmam, que "as autoridades monetárias estão levando a sério a política de contenção dos meios de pagamento, sendo inflexíveis mesmo nos dias de maior procura financeira".

Nesse mundo complicado, em que se fala nos reflexos da enorme pressão dos tomadores de dinheiro, no estreitamento das fontes tradicionais de recursos, no aumento da Dívida Pública Interna pela colocação de títulos do Governo — (LTN e ORTN), o produtor agrícola se perde... e fica perdido.

Estudo recente mostra a existência de sinais de intranquilidade generalizada, nos meios rurais, notadamente depois de a safra 1972/73 haver apresentado excelentes resultados. O que se passa com a laranja, em São Paulo, mostra o grau de deterioração a que foram levados os suportes da atividade rural, com o produtor desestimulado e disposto a reduzir as áreas de plantio e o consumo de fertilizantes e defensivos.

Houve casos em que os agricultores adiaram suas encomendas e implementos. No Estado de Goiás, parece ter sido pior ainda: os empresários agrícolas mantiveram as solicitações de maquinaria, mas o financiamento não saiu.

Seria conveniente o desfogo imediato do meio circulante. Todos reconhecem as pressões de ultrapassar a crise presente, sem necessidade de recorrer a método asfixiante, que deixa estranguladas as pequenas e médias empresas. Os Bancos comerciais evitam as operações de crédito, e, para que os empresários consigam descontar duplicatas, torna-se imprescindível ceder cada vez mais no saldo médio, que, nos nossos dias, anda entre 35% e 45% sobre o total do empréstimo. As financeiras vêm adiando o desconto de borderôs e os Bancos de investimento praticamente paralisaram suas Carteiras de Financiamento, como é o caso do Banco do Brasil, aqui focalizado, pelo menos no que diz respeito a Goiás.

Há esperança de que a prometida liberação se faça com urgência. Por enquanto, o empresário vai adquirindo pouco dinheiro, a custo elevado, e sendo obrigado a comprar, quando solicita empréstimos, ações de estabelecimentos bancários, a preço quatro vezes superior ao negociado nas Bolsas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL (Paraíba) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O papel da mulher na vida pública nacional não tem estado suficientemente enaltecido. Participando do processo eleitoral brasileiro

com mais da metade dos votos; participando da nossa força do trabalho com crescentes contingentes, cada vez mais a mulher brasileira vai-se firmando no quadro geral do nosso processo de desenvolvimento.

Desejando prestar homenagem às mulheres do meu Estado, escolhi duas figuras excepcionais da nossa vida pública, duas ilustres damas falecidas, neste ano, representantes autênticas da dignidade, da energia da mulher paraibana. Refiro-me, inicialmente, a Dona Marina Ferraz Pessoa, esposa do ex-Deputado Federal Carlos Pessoa, da família do Presidente Epitácio Pessoa e do Presidente João Pessoa, mãe do ex-Deputado Carlos Pessoa Filho. D. Marina sustentou, nos últimos 20 anos, até o fim da sua vida, ao lado de seu filho Carlos Pessoa, a chefia política da Região de Umbuzeiro, nos limites da Paraíba com o Estado de Pernambuco. Umbuzeiro, terra de grandes tradições, berço de homens ilustres, de vigorosas personalidades, onde nasceu um Presidente da República, um Senador, dois Deputados Federais, três Deputados Estaduais, um ilustre jornalista como Assis Chateaubriand e um grande poeta como Augusto dos Anjos. D. Marina Pessoa, como disse, mulher de fibra extraordinária, inteligência fulgurante, conquistou a amizade e o respeito do seu povo e, pelas suas mãos, como baluarte de memoráveis campanhas políticas, a antiga UDN e a Aliança Renovadora Nacional obtiveram esplêndidas vitórias eleitorais.

Outra notável paraibana, cuja memória honro neste momento, foi D. Maria Emília de Arruda, a Sinhazinha, filha do Major da Guarda Nacional, João Cavalcanti Sufu, esposa de Pedro Cavalcanti de Arruda, D. Maria Emília de Arruda, faleceu em Brasília, bem longe de sua amada Boa Ventura, no alto sertão do Estado da Paraíba; membro de tradicional família que nos deu um Senador da República, o Senador João Arruda, e um Governador, o Dr. Djacir Arruda, Governador do Território do Rio Branco, e um Deputado Estadual, Cel. Zuza Lacerda. D. Sinhazinha, como era conhecida, foi uma dessas mulheres de grande prestígio que, ao lado do seu marido, sustentou uma liderança política que até hoje se faz sentir naquela parte do meu Estado, obtendo a família Arruda sucessivas vitórias através do comando de Cláudio, Flávio, Pedro e Djacir Arruda, na zona muito conhecida em nosso Estado como o célebre Vale do Piancó.

Em Boa Ventura, na década de 20, tivemos também grandes campanhas. Lembro-me de que aquele Município, certa vez, se declarou território independente.

O Sr. Ruy Carneiro (Paraíba) — V. Ex.^a dá licença de um aparte?

O SR. MILTON CABRAL (Paraíba) — Com muito prazer, nobre Senador Ruy Carneiro.

O Sr. Ruy Carneiro (Paraíba) — Quero associar-me à homenagem que V. Ex.^a está prestando a duas grandes damas da sociedade paraibana. A primeira delas, Dona Marina Pessoa, nascida em S. Paulo e casada com o saudoso Deputado Carlos Pessoa, era moça fina, inteligente, de excelente educação e adaptou-se inteiramente aos nossos costumes. Mãe do meu amigo Dr. Carlos Pessoa Filho, que ocupa cargo relevante no Governo do Estado, teve oportunidade de com ela tratar, logo que contraiu núpcias no Rio de Janeiro, quando aprendi a admirar suas nobres qualidades de esposa dedicadíssima e de liderança política. A segunda, Dona Sinhazinha Arruda, genitora do nosso ilustre conterrâneo Djacir Arruda e esposa de Pedro Arruda, destacou-se pelos dotes de inteligência, bondade e espírito caridoso. Epitácio Soares, em crônica publicada no *Diário da Borborema*, de Campina Grande, soube descrever com delicada fidelidade e brilho, as qualidades que lhe ornamentavam a personalidade. Solidarizo-me, pois, às palavras com que V. Ex.^a pranteia o desaparecimento dessas ilustres damas do nosso Estado, num pronunciamento oportuno, que faz justiça a duas figuras femininas que tanto honraram a sociedade paraibana.

O SR. MILTON CABRAL (Paraíba) — Agradeço as palavras do nobre representante da Oposição, digno representante do meu Es-

tado, Senador Ruy Carneiro, que mais uma vez, com a grandeza do seu coração, vem prestigiar essas duas grandes figuras representativas do meu Estado que hoje estamos homenageando.

Sentimos, profundamente, a perda dessas mulheres ilustres. Esperamos que o exemplo que ofereceram, a participação ativa na vida política do nosso Estado, estimulem as paraibanas. Precisamos que as mulheres ingressem na vida política não simplesmente apoiando o partido e arregimentando eleitores, mas participando ativamente, inclusive conquistando a representação nas Assembléias.

Num País que tem mais da metade ou cerca da metade da sua população do sexo feminino; que tem 25% da sua força de trabalho, no sexo feminino; que tem a mulher participando, hoje, como empresária, como professora ou como artista; num País em que a influência da mulher vem crescendo a cada dia, é preciso também que ela se volte para a vida política. E, quando relembramos a atuação de mulheres ilustres como D. Marina Pessoa e D. Sinhazinha Arruda, queremos que as paraibanas e todas as brasileiras se inspirem no exemplo dessas duas criaturas que, ao longo de suas vidas, exerceram grande influência e deixaram, para todos nós, profundos ensinamentos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, e destinada à apreciação das Mensagens nºs 61 e 62, de 1974, do Congresso Nacional.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a de segunda-feira, dia 2 de setembro, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1974 (nº 2.003-C/74, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 171, de 1974, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a Transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Ministro do Exército, General Sílvio Coelho Frota, alusiva ao Dia do Soldado e da saudação do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Araripe Macedo, ao Exército, em nome da Força Aérea Brasileira e da Marinha de Guerra.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 174, de 1974, de autoria do Senhor Senador Augusto Franco, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Palestra do Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, Doutor Severo Fagundes Gomes, proferida na Escola Superior de Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 25 minutos.)

MESA

Presidente:
Paulo Torres (ARENA — RJ)

1º-Vice-Presidente:
Antônio Carlos (ARENA — SC)

2º-Vice-Presidente:
Adalberto Sena (MDB — AC)

1º-Secretário:
Ruy Santos (ARENA — BA)

2º-Secretário:
Augusto Franco (ARENA — SE)

3º-Secretário:
Milton Cabral (ARENA — PB)

4º-Secretário:
Geraldo Mesquita (ARENA — AC)

Suplentes de Secretários:
Luís de Barros (ARENA — RN)
José Augusto (ARENA — MG)
Antônio Fernandes (ARENA — BA)
Ruy Carneiro (MDB — PB)

**LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA**

Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

**LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA**

Líder:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

Vice-Líderes:
Nelson Carneiro (MDB — GB)
Danton Jobim (MDB — GB)

COMISSÕES

Diretora: Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO****Comissões Temporárias**

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional;
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos;
 - 3) Comissões Especiais e de Inquérito; e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões:** José Washington Chaves, Ramal 314;
Hugo Antônio Crepaldi, Ramal 672; Haroldo Pereira Fernandes,
Ramal 674; e Manoel Bezerra Laranjal, Ramal 710.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares	ARENA	Suplentes
Antônio Fernandes		Tarso Dutra
Vasconcelos Torres		João Cleofas
Paulo Guerra		Fernando Corrêa
Otávio Cesário		
Flávio Britto		
Mattos Leão		
Amaral Peixoto		Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II —
Ramal 617

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares	ARENA	Suplentes
José Guimard		Saldanha Derzi
Teotônio Vilela		Osires Teixeira
Dinarte Mariz		Lourival Baptista
Wilson Campos		
José Esteves		
Clodomir Milet		
Ruy Carneiro		Franco Montoro

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares	ARENA	Suplentes
José Lindoso		Eurico Rezende
José Sarney		Osires Teixeira
Carlos Lindenberg		João Calmon
Helvídio Nunes		Lenoir Vargas
Itálvio Coelho		Vasconcelos Torres
Mattos Leão		Carvalho Pinto
Heitor Dias		
Gustavo Capanema		
Wilson Gonçalves		
José Augusto		
Daniel Krieger		
Accioly Filho		
Nelson Carneiro		Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00
Local: Sala Clóvis Bevilacqua —

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares	ARENA	Suplentes
Dinarte Mariz		Carlos Lindenberg
Eurico Rezende		Luiz Cavalcante
Cattete Pinheiro		Waldemar Alcântara
Otávio Cesário		José Lindoso
Osires Teixeira		Wilson Campos
Fernando Corrêa		
Saldanha Derzi		
Heitor Dias		
Antônio Fernandes		
José Augusto		
Ruy Carneiro	MDB	Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303
Reuniões: Quartas-feiras, às 09:30 horas
Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	ARENA	Suplentes
Magalhães Pinto		José Augusto
Vasconcelos Torres		Benedito Ferreira
Wilson Campos		Flávio Britto
Jessé Freire		Leandro Maciel
Arnon de Mello		
Teotônio Vilela		
Paulo Guerra		
Renato Franco		
Helvídio Nunes		
Luiz Cavalcante		
Franco Montoro	MDB	Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon

Titulares	ARENA	Suplentes
Gustavo Capanema		Arnon de Mello
João Calmon		Helvídio Nunes
Tarso Dutra		José Sarney
Benedito Ferreira		
Cattete Pinheiro		
Jarbas Passarinho		
Benjamin Farah	MDB	Franco Montoro

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares	ARENA	Suplentes
Celso Ramos		Cattete Pinheiro
Lourival Baptista		Italvivo Coelho
Saldanha Derzi		Daniel Krieger
Benedito Ferreira		Jarbas Passarinho
Alexandre Costa		Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco		Eurico Rezende
Lenoir Vargas		Flávio Britto
Jessé Freire		Leoni Mendonça
João Cleofas		
Carvalho Pinto		
Virgílio Távora		
Wilson Gonçalves		
Mattos Leão		
Tarso Dutra		

MDB
Amaral Peixoto
Ruy Carneiro
Danton Jobim
Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias

Titulares	ARENA	Suplentes
Heitor Dias		Wilson Campos
Domício Gondim		Accioly Filho
Renato Franco		José Esteves
Guido Mondim		
Otávio Cesário		
Eurico Rezende		
Franco Montoro	MDB	Danton Jobim

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 624

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares	ARENA	Suplentes
Arnon de Mello		Paulo Guerra
Luiz Cavalcante		Antônio Fernandes
Leandro Maciel		José Guimard
Jarbas Passarinho		
Domício Gondim		
Lenoir Vargas		
Nelson Carneiro	MDB	Danton Jobim

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Carlos Lindenberg		Lourival Baptista
José Lindoso		Wilson Gonçalves
José Augusto		
Cattete Pinheiro		
	MDB	
Danton Jobim		Ruy Carneiro

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Carvalho Pinto		Leoni Mendonça
Wilson Gonçalves		Carlos Lindenberg
Jessé Freire		José Lindoso
Fernando Corrêa		Guido Mondim
Dinarte Mariz		Cattete Pinheiro
Arnon de Mello		Virgílio Távora
Magalhães Pinto		Otávio Cesário
Accioly Filho		
Saldanha Derzi		
José Sarney		
Lourival Baptista		
João Calmon		

MDB
Amaral Peixoto

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Fernando Corrêa		Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco		Wilson Campos
Cattete Pinheiro		Clodomir Milet
Lourival Baptista		
Luís de Barros		
Waldemar Alcântara		
	MDB	
Benjamim Farah		Ruy Carneiro

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: José Guimard

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Waldemar Alcântara		Alexandre Costa
José Lindoso		Celso Ramos
Virgílio Távora		Jarbas Passarinho
José Guimard		
Flávio Brito		
Vasconcelos Torres		

MDB
Benjamim Farah
Amaral Peixoto

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Tarso Dutra		Magalhães Pinto
Celso Ramos		Gustavo Capanema
Osires Teixeira		Paulo Guerra
Heitor Dias		
Jessé Freire		
Leoni Mendonça		
Benjamim Farah		

MDB
Amaral Peixoto

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Leandro Maciel		Dinarte Mariz
Alexandre Costa		Luís de Barros
Luiz Cavalcante		Virgílio Távora
Lenoir Vargas		
Benedito Ferreira		
José Esteves		
	MDB	
Danton Jobim		Benjamim Farah

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

(antiga DIRETORIA DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVA)

DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

ÍNDICE

I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

- a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D. O. de 21-7-71; ret. D. O. de 23-7-71).
- b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — “Dá nova redação aos artigos que mencionam da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971: — Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D. O. de 1º-9-71).
- c) Quadro Comparativo:
 - Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D. O. de 21-7-71; ret. D. O. de 23-7-71);
 - Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — “Dá nova redação aos artigos que mencionam da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D. O. de 1º-9-71);
 - Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e
 - Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D. O. de 19-7-65; ret. D. O. de 3-7-65).
- d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D. J. de 13-9-71).

II — CÓDIGO ELEITORAL

- a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — “Institui o Código Eleitoral” (D. O. de 19-7-65; ret. D. O. de 30-7-65).
- b) alterações:
 - Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — “Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)” (D. O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);
 - Decreto-Lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — “Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966” (D.O. de 30-1-69; ret. D. O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);
 - Decreto-Lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — “Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências” (D. O. de 27-10-69).

III — SUBLEGENDAS

- Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — “Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências” (D. O. de 18-6-68).

IV — INELEGIBILIDADES

- Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — “Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências” (D. O. de 29-4-70).

Os pedidos devem ser endereçados à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL

ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

Os pedidos devem ser endereçados à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF**

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nºs 1 A 3

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 17

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 96

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 12

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

SUPLEMENTO

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 97 e 98

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 13 a 15

Preço: Cr\$ 15,00

(Obra elaborada e revisada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal)

Os pedidos devem ser endereçados à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES
BRASÍLIA — DF**

LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

Coleção de Decretos-Leis nºs 1 a 318 do Governo do Presidente

Castello Branco e Legislação Correlata

4 volumes com um total de 2.096 páginas

(Obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas, composta e impressa pelo Centro Gráfico do Senado Federal)

Atos Institucionais — Atos Complementares — Decretos-Leis e Legislação Citada ou Revogada —
índices cronológico e por assunto — Governo do Presidente Costa e Silva — Dos Ministros Militares
respondendo pela Presidência e do Presidente Emílio G. Médici

1º VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 a 4
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 a 37
DECRETOS-LEIS Nºs 319 a 347 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — Esgotado

2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 5
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 38 a 40
DECRETOS-LEIS Nºs 348 a 409 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO: Preço: Cr\$ 10,00

3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 6 e 7
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 41 a 50 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — Esgotado

4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 8 e 9
ATO COMPLEMENTAR Nº 51
DECRETOS-LEIS Nºs 481 a 563 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — Esgotado

5º VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 10
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 52 a 56
DECRETOS-LEIS Nºs 564 a 664 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO: Preço: Cr\$ 10,00

6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 57 a 62
DECRETOS-LEIS Nºs 665 a 804 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — Preço: Cr\$ 15,00

7º VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1
ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 12 a 17
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 63 a 67
DECRETOS-LEIS Nºs 805 a 851 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — Preço: Cr\$ 10,00

8º VOLUME CONTENDO 318 PÁGINAS

DECRETOS-LEIS Nºs 852 a 941 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — Preço: Cr\$ 10,00

9º VOLUME CONTENDO 364 PÁGINAS

DECRETOS-LEIS Nºs 942 a 1.000 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — Preço: Cr\$ 15,00

10º VOLUME CONTENDO 386 PÁGINAS

DECRETO-LEI Nº 1.001 de 21-10-1969
CÓDIGO PENAL MILITAR, COM ÍNDICE RESUMIDO E ÍNDICE POR ASSUNTO — Preço: Cr\$ 20,00

11º VOLUME CONTENDO 503 PÁGINAS

DECRETOS-LEIS Nºs 1.002 a 1.003
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR, COM ÍNDICES RESUMIDO E POR ASSUNTO — Preço: Cr\$ 25,00

12º VOLUME CONTENDO 309 PÁGINAS

DECRETOS-LEIS Nºs 1.004 a 1.068 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — Preço: Cr\$ 20,00

13º VOLUME CONTENDO 406 PÁGINAS

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 78 a 94
DECRETOS-LEIS Nºs 1.069 a 1.153 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — Preço: Cr\$ 20,00

14º VOLUME CONTENDO 487 PÁGINAS

DECRETOS-LEIS Nºs 1.154 a 1.187 e LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — Preço: Cr\$ 20,00

NOTA: Decreto-Lei nº 1.000 — “Dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos “Registros Públicos” estabelecidos pelo Código Civil e legislação posterior”, acompanhado de índices resumido e por assunto.

OS PEDIDOS DEVEM SER ENDEREÇADOS À
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — D.F.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50